

Reformas pombalinas e esgotamento da economia colonial

1. Despotismo esclarecido ou governo ilustrado

- Reinado de D. José I (1750-1777).
- Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal (1699-1782).
- Características do despotismo esclarecido ou governo ilustrado.
 - Instrumentalização dos ideais iluministas.
 - Reforço do aparelho estatal.

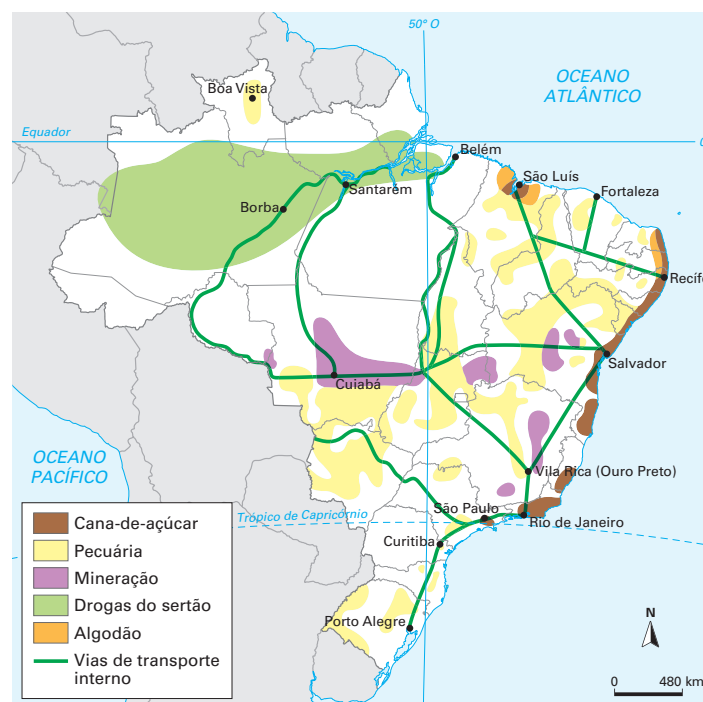
2. Reformas pombalinas

- Reforma urbana em Lisboa.
- Expulsão dos jesuítas do Império Português (1759).
 - Controle da educação pelo Estado.
 - Retirada dos indígenas da tutela jesuítica.

3. Intensificação do arrocho colonial

- Transferência da capital da Colônia para o Rio de Janeiro (1763).
- Combate às atividades contrabandistas.
 - Criação da derrama.
- Estímulo à diversificação da agricultura.
 - Produção de cacau, cravo, canela, arroz e algodão.
- Criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755).
- Criação da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759).

Atividades econômicas no Brasil – século XVIII



Fonte: elaborado com base em VICENTINO, Cláudio. *Atlas histórico: Geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2011. p. 102.

4. Contexto europeu

- Revolução Industrial.
- Iluminismo.
 - Críticas ao mercantilismo, ao absolutismo monárquico e aos privilégios sociais.

5. Portugal e a América portuguesa

- Reinado de D. Maria I (1777-1816).
 - Alvará de proibição industrial na Colônia (1785).
- Esgotamento do ouro na região mineradora da Colônia.
- Revoltas emancipacionistas.
 - Inconfidência Mineira (1789).
 - Conjuração Baiana ou Revolta dos Alfaiates (1798).

Exercícios de sala

- 1. UFU-MG 2015** A partir de 1750-60, a produção mineiradora começou a declinar. Tal mudança, articulada a outros elementos, determinou uma revisão da política mercantilista durante a administração do Marquês de Pombal, secretário de Estado de D. José I.

ALBUQUERQUE, Manuel Maurício de. *Pequena História da Formação Social Brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981, p. 100. (Adaptado).

A crise econômica da segunda metade do século XVIII abriu caminho para as reformas pombalinas, vistas como inevitáveis para a recuperação econômica do reino de Portugal e que se caracterizavam, entre outras medidas,

- a) pelo estreitamento das relações comerciais com a Inglaterra, país que era visto como mercado seguro dos produtos primários das colônias portuguesas.
- b) pelo estreitamento das relações com a Igreja, com o aumento da presença dos jesuítas, vistos como agentes importantes da modernização educacional.
- c) pelo incentivo à produção manufatureira na colônia, com o objetivo de diminuir a dependência econômica em relação aos produtos primários.
- d) pelo surgimento dos primeiros projetos de abolição de escravos, com o objetivo de formar um mercado consumidor para as indústrias da colônia.

- 2. UFSJ-MG 2013** Em 1776, o Marquês de Pombal, que na época era o principal ministro da monarquia portuguesa, declarou:

As colônias ultramarinas, havendo sido estabelecidas com o preciso objetivo da utilidade da metrópole a que eram pertencentes, daí se derivavam leis infalíveis e universalmente observadas na prática de todas as nações.

NOVAIS, F. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2011, p. 59.

Assinale a alternativa que apresenta a “utilidade” a que o Marquês de Pombal fez referência.

- a) As colônias deveriam contribuir para o desenvolvimento econômico da metrópole, implementando manufaturas que abastecessem seu mercado interno, pois as metrópoles europeias não tinham mão de obra urbana suficiente para estabelecer muitas manufaturas.

- b) As colônias deveriam contribuir para o desenvolvimento econômico da metrópole, oferecendo mão de obra barata para as manufaturas metropolitanas por meio de trabalhadores que migraram para as metrópoles e eram empregados por baixos salários.
- c) As colônias deveriam contribuir para o desenvolvimento econômico da metrópole produzindo, da forma mais barata possível, mercadorias que pudessem ser comercializadas facilmente no mercado internacional, bem como comprar manufaturados vendidos pela metrópole no sistema de monopólio.
- d) As colônias deveriam contribuir para o desenvolvimento econômico da metrópole, comercializando livremente com outras potências europeias e pagando pesados impostos para seus monarcas.

- 3. UFPR 2021** No que diz respeito à Inconfidência Mineira (1789) e à Conjuração Baiana (1798), assinale a alternativa que destaca uma semelhança e uma diferença entre esses dois movimentos.

- a) Ambos os movimentos defendiam a abolição da escravidão, mas na Inconfidência Mineira houve proposta de indenização aos proprietários de escravizados e na Conjuração Baiana houve proposta de indenização aos escravizados.
- b) Ambos os movimentos desejavam a mudança do sistema político no Brasil, mas na Inconfidência Mineira houve a defesa de um regime democrático e na Conjuração Baiana houve a defesa de monarquia constitucional.
- c) Ambos os movimentos desejavam implantar a industrialização no Brasil, mas na Inconfidência Mineira houve apoio de empresários ingleses e na Conjuração Baiana houve apoio do Marquês de Pombal.
- d) Ambos os movimentos pretendiam unir-se a outras rebeliões nas colônias ibéricas na América, mas na Inconfidência Mineira houve apoio de Simón Bolívar e na Conjuração Baiana houve apoio dos haitianos.
- e) Ambos os movimentos pregavam a independência regional em relação a Portugal, mas na Inconfidência Mineira houve maior participação da elite e na Conjuração Baiana houve maior participação popular.

4. **Uerj 2015** No Brasil, em finais do século XVIII, o descontentamento com o poder metropolitano deu origem a rebeliões que questionavam o domínio político português. Dentre essas rebeliões, destacam-se a Inconfidência Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798).

LEMA DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA



historiabrasileira.com

AVISO AO POVO BAHIENSE

Ó vós, Povo, que nascestes para ser livres e para gozar dos bons efeitos da Liberdade, ó vós, Povos, que viveis flagelados com o pleno poder do indigno coroado, esse mesmo rei que vós criastes; esse mesmo rei tirano é quem se firma no trono para vos vexar, para vos roubar e para vos maltratar. Homens, o tempo é chegado para a vossa ressurreição, sim, para vós ressuscitardes do abismo da escravidão, para levantardes a sagrada Bandeira da Liberdade. As nações do mundo todas têm seus olhos fixos na França, a liberdade é agradável para todos. O dia da nossa revolução, da nossa Liberdade e da nossa felicidade está para chegar. Animai-vos que sereis felizes.

Trecho do panfleto revolucionário afixado nas ruas de Salvador na manhã de 12 de agosto de 1798. Adaptado de PRIORE, M. del e outros. *Documentos de história do Brasil: de Cabral aos anos 90*. São Paulo: Scipione, 1997.

Aponte duas diferenças entre a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana. Cite, também, dois movimentos políticos ou filosóficos que influenciaram essas insurreições.

5. **Enem 2016** O que ocorreu na Bahia de 1798, ao contrário das outras situações de contestação política na América Portuguesa, é que o projeto que lhe era subjacente não tocou somente na condição, ou no instrumento, da integração subordinada das colônias no império luso. Dessa feita, ao contrário do que se deu nas Minas Gerais (1789), a sedição avançou sobre a sua decorrência.

JANCÓS, I.; PIMENTA, J. P. Peças de um mosaico. In: MOTA, C. G. (Org.). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 2000.

A diferença entre as sedições abordadas no texto encontrava-se na pretensão de

- a) eliminar a hierarquia militar.
 - b) abolir a escravidão africana.
 - c) anular o domínio metropolitano.
 - d) suprimir a propriedade fundiária.
 - e) extinguir o absolutismo monárquico.
6. **FMP-RJ 2021** O texto a seguir apresenta duas interpretações possíveis do termo rebelião.

As rebeliões quase sempre se identificam com mobilizações de massas contra um governo, tendo um caráter violento, mas esse termo também pode ser aplicado com referência a sublevações que não chegam a conseguir a participação das massas e permanecem em um nível de minorias.

SILVA, B. (coord). *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987, p. 1031.

Uma rebelião brasileira que se adequa à segunda definição estabelecida pelo autor no texto apresentado, com ausência da “participação das massas”, é a

- a) Revolução Pernambucana (1817)
- b) Revolução Farroupilha (1835)
- c) Inconfidência Mineira (1789)
- d) Guerra dos Cabanos (1835)
- e) Confederação do Equador (1824)

Guia de estudos

História • Livro 2 • Frente 1 • Capítulo 4

- I. Leia as páginas de **6 a 11**.
- II. Faça os exercícios de **1 a 4** da seção “Revisando”.
- III. Faça os exercícios propostos de **1 a 4** e de **6 a 9**.
- IV. Faça os exercícios complementares de **1 a 3** e de **5 a 9**.

Crise do Antigo Regime e independências na América espanhola

1. Espanha e a América espanhola

- Reformas borbônicas.
 - Intensificação na fiscalização colonial.
 - Diversificação da produção.
 - Quatro vice-reinos: Nova Espanha, Nova Granada, Peru e Prata.
 - Quatro capitánias-gerais: Cuba, Guatemala, Venezuela e Chile.
- Revoltas coloniais.
 - Conflitos entre *criollos* e *chapetones*.
 - Revolta de Túpac Amaru II: Peru (1780-1781).

Vice-reinos e capitánias na América espanhola – século XVIII



Fonte: elaborado com base em DUBY, Georges. *Atlas historique*. Paris: Larousse, 1987. p. 282.

2. A Europa no século XIX

- Bloqueio continental.
 - Invasão francesa sobre a Espanha.
 - Coroação de José Bonaparte.

3. Revoluções malogradas (1808-1815)

- Primeiras tentativas de independência na América espanhola.
 - Metrópole fragilizada pelo domínio napoleônico.
- Independência do Paraguai (1811).

4. Revoluções vitoriosas (1815-1825)

- Principais lideranças nos processos de independência:
 - Simón Bolívar (1783-1830).
 - Bernardo O'Higgins (1778-1842).
 - José de San Martín (1778-1850).
- Províncias Unidas do Prata (1816).
- Chile (1818).
- México e Peru (1821).
- Bolívia (1825).
- Congresso do Panamá (1826).
- Equador (1830).

5. Fragmentação política e caudilhismo

- Caudilhismo.
 - Lideranças ou influências políticas na América Latina.
 - Articulação com outros grupos para impor uma ordem social.
 - Elemento importante para a fragmentação política durante os processos de independências.

Exercícios de sala

1. UFPR 2020 Considere o texto abaixo:

A emancipação fora conseguida num contexto de violência generalizada, que causara a morte de centenas de milhares de pessoas, em especial na Colômbia, na Venezuela, no México e no Haiti. Os países que sofreram menos baixas foram Brasil, Equador, Paraguai e os da América Central. Os sofrimentos da população foram agravados pelos deslocamentos, como o “êxodo oriental” no Uruguai em 1811 e a fuga em massa dos partidários da independência do Chile, que tiveram de emigrar de Concepción para Santiago em 1817.

DEL POZO, José. *História da América Latina e do Caribe: dos processos de independência aos dias atuais*. Trad. Ricardo Rosenbusch. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2009, p. 41.

Considerando as informações do trecho acima, os conhecimentos sobre o contexto histórico e os aspectos sociais e políticos da independência dos países latino-americanos e do Caribe, é correto afirmar:

- As políticas liberais que surgiram na década de 1850, no processo de consolidação das independências, favoreceram a aquisição de terras pelas comunidades indígenas.
- Líderes políticos como Bolívar e Bernardo O’Higgins, entre outros, passaram a apoiar a independência do Brasil em 1822, e, sobretudo, incentivaram a instauração do regime monárquico.
- A participação das mulheres nos processos de independência assumiu somente o papel atribuído a elas nesse tipo de conflito, como o de preparar comida para as tropas e cuidar dos feridos.
- Com o fim dos conflitos, os países emancipados da região saldaram as pesadas dívidas que contraíram com os bancos ingleses.
- Somente Cuba e Porto Rico não se emanciparam, permanecendo como colônias espanholas até 1898.

2. Unesp 2020 Na Europa, as forças reacionárias que compunham a Santa Aliança não viam com bons olhos a emancipação política das colônias ibéricas na América. [...] Todavia, o novo Império do Brasil podia contar com a aliança da poderosa Inglaterra, representada por George Canning, primeiro-ministro do rei Jorge IV. [...] Canning acabaria por convencer o governo português a aceitar a soberania do Brasil, em 1825. Uma atitude coerente com o apoio que o governo britânico dera aos EUA, no ano anterior, por ocasião do lançamento da Doutrina Monroe, que afirmava o princípio da não intervenção europeia na América.

Ilmar Rohloff de Mattos e Luis Afonso Seigneur de Albuquerque. *Independência ou morte: a emancipação política do Brasil*, 1991.

O texto relaciona

- a restauração das monarquias absolutistas no continente europeu, a industrialização dos Estados Unidos e a constituição da Federação dos Estados Independentes da América Latina.

- a influência da Igreja católica nos assuntos políticos europeus, o controle britânico dos mares depois do Ato de Navegação e o avanço imperialista dos Estados Unidos sobre o Brasil.
- a disposição europeia de recolonização da América, o Bloqueio Continental determinado pela França e os acordos de livre-comércio do Brasil com os países hispano-americanos.
- a penetração dos industrializados britânicos nos mercados europeus, a tolerância portuguesa em relação ao emancipacionismo brasileiro e a independência política dos Estados Unidos.
- a reorganização da Europa continental depois do período de domínio napoleônico, os processos de independência na América e a ampliação do controle comercial mundial pela Inglaterra.

3. Unicamp-SP 2016 As revoluções de independência na América hispânica foram, ao mesmo tempo, um conflito militar, um processo de mudança política e uma rebelião popular.

Rafael Rojas, *Las repúblicas de aire*. Buenos Aires: Taurus, 2010, p. 11.

São características dos processos de independência nas ex-colônias espanholas na América:

- o descontentamento com o domínio colonial e a agregação de grupos que expressavam a heterogeneidade étnica, regional, econômica e cultural do continente.
- o caudilhismo, sob a liderança política criolla, e o discurso revolucionário de uma nova ordem política, que assegurou profundas transformações econômicas na América.
- o uso dos princípios liberais de organização política republicana e a criação imediata de exércitos nacionais que lutaram contra as forças espanholas.
- a participação de indígenas e camponeses, determinante para a consolidação do processo de independência em regiões como o México, e sua ausência nas ações comandadas por Bolívar.

4. UFRGS 2015 Leia o segmento abaixo.

Nenhum dos grupos em disputa pelo poder pretendia modificar a estrutura econômica e social herdada da colônia. Assim, os novos países permaneceram predominantemente agrários, com base no latifúndio; mantiveram as relações produtivas pré-capitalistas, inclusive com o crescimento do trabalho compulsório (servil, semisservil e escravo).

WASSERMAN, Claudia. *História Contemporânea da América Latina, 1900-1930*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992. p. 9-10.

O segmento faz referência a um contexto histórico da América Latina. Assinale a alternativa que representa esse contexto.

- Derrota dos diversos movimentos de independência latino-americanos, no início do século XIX, e manutenção da dominação espanhola até o início do século XX.

- b) Manutenção das estruturas sociais herdadas do período colonial e constituição de Estados oligárquicos em toda a América Latina, no século XIX.
- c) Diversificação produtiva, característica das economias nacionais latino-americanas no século XIX.
- d) Criação de Estados democráticos em toda a região, após as guerras de independência do século XIX.
- e) Vitória das diversas revoltas de indígenas e escravos, logo após as independências, e fim do trabalho compulsório por toda a região.

5. FICSAE-SP 2018 O véu já foi rasgado, já vimos a luz, e querem nos devolver às trevas: romperam-se os grilhões, já fomos livres, e nossos inimigos pretendem novamente nos escravizar [...]

Eu desejo, mais do que qualquer outro, ver formar-se na América a maior nação do mundo, menos por sua extensão e riqueza do que por sua liberdade e glória. [...]

O texto é parte da Carta da Jamaica, escrita por Bolívar em 1815. Assinale a alternativa que apresenta corretamente o contexto no qual foi escrita e as ideias que a inspiraram:

- a) Aproveitando a conjuntura europeia transformada pelo Bloqueio Continental e pela derrota da Espanha frente aos ingleses, Bolívar e outros líderes latino-americanos reuniram-se na atual Colômbia e dirigiram exércitos inspirados pelas ideias nativistas e indigenistas contra as tropas espanholas.
- b) Motivados pela expansão napoleônica, os “Libertadores da América” aproveitaram o enfraquecimento dos laços coloniais com a Espanha, governada por José Bonaparte, e o fortalecimento da Inglaterra, para realizar guerras de independência inspiradas por ideias liberais e socialistas.
- c) Com a derrota de Napoleão e a volta de Fernando VII ao poder, a Espanha desenvolveu forte ofensiva militar contra as forças independentistas hispano-americanas. Movido por ideais iluministas e unitaristas, Bolívar liderou o vitorioso movimento de independência de regiões correspondentes hoje à Colômbia, Venezuela e Bolívia.
- d) Reafirmando a independência da Colômbia e da Bolívia, conquistadas em 1810, e questionadas pelo Congresso de Viena depois da derrota de Napoleão, Bolívar liderou novamente exércitos compostos por criollos e indígenas para libertar a Venezuela, orientado por ideais nacionalistas e iluministas.

6. FICSAE-SP 2022 Enquanto, em Paris, a guilhotina decapava as cabeças dos jacobinos, em São Domingos [Jean-Jacques] Dessalines e seus companheiros continuavam a defender, de armas na mão, o ideal jacobino da liberdade e igualdade de todos os homens. [...]

A 29 de novembro de 1803, os revolucionários negros divulgaram uma declaração preliminar de Independência. A 31 de dezembro, foi lida a Declaração de Independência definitiva. O novo Estado recebeu, no batismo, a denominação indígena de Haiti.

Dessalines se tornou o primeiro chefe de Estado haitiano [...]. Começou a governar com as bênçãos dos capitalistas ingleses e americanos [...].

Os ex-escravos, por sua vez, viram-se definitivamente livres do trabalho compulsório nas plantações de cana e nos engenhos de açúcar. [...] O Haiti saiu do mercado mundial do açúcar e eliminou a possibilidade de progredir em direção a um nível econômico superior. De colônia mais produtiva das Américas passou a país independente pauperizado e fora de um intercâmbio favorável na economia internacional.

Jacob Gorender. “O épico e o trágico na história do Haiti”. In: *Estudos Avançados*, nº 50, 2004.

O excerto apresenta um aspecto central da independência do Haiti, em 1803-1804:

- a) a construção, no pós-independência, do primeiro Estado indígena latino-americano.
- b) o apoio do governo francês de Napoleão Bonaparte à luta autonomista dos escravizados do Haiti.
- c) a articulação entre o processo revolucionário na França e a revolução negra do Haiti.
- d) o crescimento econômico acelerado do país, alcançado após a obtenção da autonomia política.
- e) a manutenção, no pós-independência, da estrutura socioeconômica do período colonial.

Guia de estudos

História • Livro 2 • Frente 1 • Capítulo 4

- I. Leia as páginas de **11 a 18**.
- II. Faça os exercícios de **5 a 8** da seção “Revisando”.
- III. Faça os exercícios propostos de **11 a 18**.
- IV. Faça os exercícios complementares **12, 13** e de **15 a 20**.

Governo Joanino e processo de independência do Brasil

1. Contexto europeu

- Expansão e Guerras Napoleônicas (1804-1815).
 - Bloqueio continental (1806).
- Transferência do aparato político-administrativo português para o Brasil (1808).

2. Fim do pacto colonial do Brasil

- Abertura dos portos (1808).
 - Fim da exclusividade de exportação e importação atrelada ao pacto colonial.
 - Liberdade industrial na Colônia.
- Novos tratados anglo-lusitanos (1810).
 - Tratados de navegação e comércio.

3. Declínio da Europa napoleônica

- Queda de Napoleão Bonaparte (1815).
- Congresso de Viena (1814-1815).
 - Restauração da “velha ordem”.

4. Interiorização da metrópole

- Formação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815).
- Fundação do Banco do Brasil e da Casa da Moeda.
- Novas estradas.
- Criação da imprensa régia.
- Criação de cursos superiores.

5. Revolução Pernambucana (1817)



Arquivo Público do Recife

Antônio Parreiras. *Benção das bandeiras da Revolução de 1817, s/d.* Óleo sobre tela. Arquivo Público do Recife, Pernambuco.

- Revolta emancipacionista e republicana.
 - Adesão: Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte.
- Forte repressão da Coroa.

6. Revolução Liberal do Porto (1820)

- Portugal: convocação de uma constituinte.
 - Elaboração de uma Constituição.
 - Exigência: retorno de D. João VI a Portugal.
 - Conflitos entre representantes de Portugal e do Brasil nas Cortes Gerais.

7. A independência do Brasil

- Dia do Fico (9 de janeiro de 1822).
- Convocação da Assembleia Constituinte para o Reino do Brasil (junho de 1822).
- Declaração da independência (7 de setembro de 1822).
- Início das guerras de independência (outubro de 1822).
- Coroação de D. Pedro I no Rio de Janeiro (1^o de dezembro de 1822).

8. Características da independência

- Processo protagonizado pelas elites regionais.
- Manutenção do modelo monárquico.
 - Formação de uma monarquia constitucional.
 - Manutenção da dinastia de Bragança.
- Manutenção da unidade territorial.
- Manutenção da ordem socioeconômica.
 - Manutenção da escravidão.
- Manutenção da influência econômica inglesa sobre o Brasil.
 - Manutenção dos acordos de 1810.



Pedro Américo/Museu Paulista, São Paulo-SP

Detalhe de Pedro Américo. *Independência ou morte, 1888.* Óleo sobre tela. Museu Paulista da USP, São Paulo.

Exercícios de sala

1. Unicamp-SP 2020



Jean-Baptiste Debret. *Retrato de El Rei Dom João VI*, 1817. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.



Hyacinthe Rigaud. *Retrato de Luís XIV*, 1701. Museu do Louvre, Paris.

A partir das fontes visuais reproduzidas e de seus conhecimentos, assinale a alternativa correta.

- A única monarquia americana precisou afirmar a figura do governante e sua memória política, recorrendo à imagética da autoridade real francesa do Antigo Regime. Este mecanismo foi enaltecido pela imprensa do liberalismo constitucional.
- Debret usou o quadro de Rigaud como referência visual e preparou retratos em seu estúdio no Rio de Janeiro. Isto era importante, pois a autoridade monárquica joanina assentou-se na liturgia política e no pouco uso da violência.

- O retrato de D. João não foi pintado para ser exposto, embora existisse no Rio de Janeiro da época um circuito expositivo de salões de belas artes, pinacotecas, museus, onde pudesse ser visto. Tais espaços foram renomeados na República.
- O projeto de europeização da corte do Rio de Janeiro e a necessidade de afirmar a autoridade de D. João VI levaram a uma política de fomento à imagética do poder baseada, aqui, na da monarquia francesa.

2. Uece 2019 Durante treze anos a família real portuguesa esteve no Brasil, que foi sede do império ultramarino português. Nesse período, diversas medidas tomadas pela corte proporcionaram transformações profundas na economia, na política e na cultura do Brasil. Assim, é correto afirmar que, nesse período, ocorreu

- a Confederação do Equador, em 1824, que foi uma rebelião das províncias nordestinas contra o autoritarismo, que pretendia a fundação de uma república por estas partes do Brasil.
- a Revolução Pernambucana, em 1817, contra a opressão dos tributos para custear a corte no Rio de Janeiro, que marcou a insatisfação dos brasileiros contra a exploração portuguesa.
- a Noite das Garrafadas, episódio que envolveu apoiadores do rei e seus opositores, logo antes de sua abdicação e retorno para Portugal.
- expulsão do rei português de terras brasileiras, por sua resistência em aceitar a constituição elaborada pela Assembleia Constituinte e a imposição de uma constituição por ele outorgada.

3. Udesc 2017 No Brasil, durante o início do século XIX, as províncias do Norte, dentre elas Pernambuco, viviam uma relativa prosperidade econômica, ocasionada em especial pela produção do algodão e do açúcar. A partir do estabelecimento da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, tal prosperidade foi relativamente fragilizada.

Analise as proposições em relação às mudanças ocorridas com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil.

- A alocação de uma estrutura burocrática no Rio de Janeiro tornou o governo de Dom João VI mais capacitado a se envolver nos negócios das províncias, o que possibilitou a diminuição de autonomia destas.
- Para arcar financeiramente com os custos da Corte no Rio de Janeiro, o governo exigiu a cobrança de mais impostos dos setores de produção de açúcar e algodão.
- A cobrança de maiores impostos e a diminuição da autonomia das províncias, ocasionadas pela presença da Corte no Rio de Janeiro, não tiveram nenhuma relação com o movimento que se tornou conhecido como Revolução Pernambucana.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e III são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas II e III são verdadeiras.
- c) Somente a afirmativa I é verdadeira.
- d) Somente as afirmativas I e II são verdadeiras.
- e) Somente a afirmativa II é verdadeira.

4. **UFRGS 2022** Com relação ao processo histórico da Independência do Brasil, assinale com **V** (verdadeiro) ou **F** (falso) as afirmações abaixo.

- O movimento constitucionalista iniciado na cidade do Porto, em 1820, provocou mudanças nas relações entre Portugal e Brasil, despertando, nas elites políticas brasileiras, o medo de um possível retorno à condição de colônia.
- O fator determinante para a ruptura entre os setores econômicos brasileiros e a Corte portuguesa foram os tratados assinados por D. João VI com a Inglaterra, proibindo completamente o tráfico transatlântico de africanos para a América a partir de 1808.
- O retorno do monarca para a Europa e a permanência de seu filho Pedro como regente no Brasil ocasionaram as chamadas “revoltas regenciais”, cujo objetivo principal era romper com Portugal e instituir um Estado independente na América.
- Os conflitos com tropas portuguesas, mesmo após a aclamação de Pedro como Imperador do Brasil, ainda ocorreram em diversas regiões do país, como na Bahia, onde os confrontos assumiram traços de uma guerra civil.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- a) V – V – F – V.
- b) F – F – V – V.
- c) V – F – F – V.
- d) F – V – F – F.
- e) F – F – V – F.

5. **Fuvest-SP 2018** Na edição de julho de 1818 do *Correio Braziliense*, o jornalista Hipólito José da Costa, residente em Londres, publicou a seguinte avaliação sobre os dilemas então enfrentados pelo Império português na América:

A presença de S.M. [Sua Majestade Imperial] no Brasil lhe dará ocasião para ter mais ou menos influência naqueles acontecimentos; a independência em que ele ali se acha das intrigas europeias o deixa em liberdade para decidir-se nas ocorrências, segundo melhor convier a seus interesses. Se volta para Lisboa, antes daquela crise se decidir, não poderá tomar parte nos arranjos que a nova ordem de coisas deve ocasionar na América.

Nesse excerto, o autor referia-se

- a) aos desdobramentos da Revolução Pernambucana do ano anterior, que ameaçara o domínio português sobre o centro-sul do Brasil.
- b) às demandas da Revolução Constitucionalista do Porto, exigindo a volta imediata do monarca a Portugal.
- c) à posição de independência de D. João VI em relação às pressões da Santa Aliança para que interviesse nas guerras do rio da Prata.
- d) às implicações que os movimentos de independência na América espanhola traziam para a dominação portuguesa no Brasil.
- e) ao projeto de D. João VI para que seu filho D. Pedro se tornasse imperador do Brasil independente.

6. **Enem 2019** Entre os combatentes estava a mais famosa heroína da Independência. Nascida em Feira de Santana, filha de lavradores pobres, Maria Quitéria de Jesus tinha trinta anos quando a Bahia começou a pegar em armas contra os portugueses. Apesar da proibição de mulheres nos batalhões de voluntários, decidiu se alistar às escondidas. Cortou os cabelos, amarrou os seios, vestiu-se de homem e incorporou-se às fileiras brasileiras com o nome de Soldado Medeiros.

GOMES, L. 1822. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

No processo de Independência do Brasil, o caso mencionado é emblemático porque evidencia a

- a) rigidez hierárquica da estrutura social.
- b) inserção feminina nos ofícios militares.
- c) adesão pública dos imigrantes portugueses.
- d) flexibilidade administrativa do governo imperial.
- e) receptividade metropolitana aos ideais emancipatórios.

Guia de estudos

História • Livro 2 • Frente 1 • Capítulo 4

I. Leia as páginas de 18 a 23.

II. Faça os exercícios 9 e 10 da seção “Revisando”.

III. Faça os exercícios propostos de 20 a 22 e de 24 a 30.

IV. Faça os exercícios complementares 21, 22 e de 25 a 30.

Primeiro Reinado: formação do Brasil como Estado-nação e crise do Primeiro Reinado

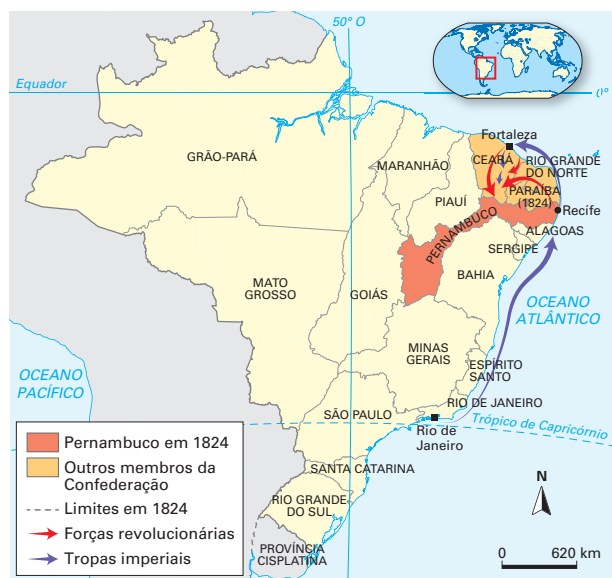
1. Constituição de 1824

- Assembleia Constituinte.
 - Atritos entre a “facção brasileira” e a “facção portuguesa”.
- Características da Constituição de 1824.
 - Executivo: imperador, ministros do Estado e Conselho de Estado.
 - Judiciário: juizes e jurados.
 - Legislativo: Senado e Câmara dos deputados.
 - Poder Moderador: uso privativo do imperador.
 - Voto masculino, censitário e indireto.

2. Reações provinciais

- Confederação do Equador (1824).
 - Revolta separatista e republicana.
 - Adesão: Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte.

Confederação do Equador – 1824



Fonte: elaborado com base em: *ISTOÉ Brasil 500 anos: atlas histórico*. São Paulo: Três, 1998. p. 49. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/brasil-500-anos>. Acesso em: 20 out. 2022.

- Guerra da Cisplatina (1825-1828).
 - Revolta separatista local.
 - Independência da Banda Oriental (Uruguai).



José Wash Rodrigues. *Batalha de Ituzaingó*, 1939. Óleo sobre tela. Museu Paulista da USP, São Paulo. Também conhecida como Batalha do Passo do Rosário, ocorrida em fevereiro de 1827, terminou com o recuo das tropas brasileiras, mas não significou o fim da Guerra da Cisplatina.

3. Crise do Primeiro Reinado

- Crise econômica.
 - Dívida externa com a Inglaterra.
 - Falência do Banco do Brasil (1829).
- Crise política.
 - Guerra civil em Portugal: “miguelistas” × “pedrinos”.



Honoré Daumier. *Pedro I versus seu irmão Miguel I*, 1833. Litografia colorida sobre papel. Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa. A charge mostra a disputa entre D. Pedro I e seu irmão, D. Miguel, pelo trono de Portugal.

- Assassinato do jornalista Libero Badaró (20 de novembro de 1830).
- Noite das Garrafadas (13 de fevereiro de 1831).
- Ministério dos marqueses (5 de abril de 1831).
- Fim do apoio do exército ao imperador.
- Abdicação de D. Pedro I (7 de abril de 1831).

Exercícios de sala

1. **Enem 2019** Art. 90. As nomeações dos deputados e senadores para a Assembleia Geral, e dos membros dos Conselhos Gerais das províncias, serão feitas por eleições, elegendo a massa dos cidadãos ativos em assembleias paroquiais, os eleitores de província, e estes, os representantes da nação e província.

Art. 92. São excluídos de votar nas assembleias paroquiais: I. Os menores de vinte e cinco anos, nos quais se não compreendem os casados, os oficiais militares, que forem maiores de vinte e um anos, os bacharéis formados e os clérigos de ordens sacras.

II. Os filhos de famílias, que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem a ofícios públicos.

III. Os criados de servir, em cuja classe não entram os guarda-livros, e primeiros caixeiros das casas de comércio, os criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas rurais e fábricas.

IV. Os religiosos e quaisquer que vivam em comunidade claustral.

V. Os que não tiverem de renda líquida anual cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio, ou emprego.

BRASIL. Constituição de 1824. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 4 abr. 2015 (adaptado).

De acordo com os artigos do dispositivo legal apresentado, o sistema eleitoral instituído no início do Império é marcado pelo(a)

- a) representação popular e sigilo individual.
- b) voto indireto e perfil censitário.
- c) liberdade pública e abertura política.
- d) ética partidária e supervisão estatal.
- e) caráter liberal e sistema parlamentar.

2. **Uece 2018** Atente ao seguinte fragmento da obra da historiadora Emília Viotti da Costa, a respeito do processo de independência do Brasil:

A ordem econômica seria preservada, a escravidão mantida. A nação independente continuaria subordinada à economia colonial, passando do domínio português à tutela britânica. A fachada liberal construída pela elite europeizada ocultava a miséria e a escravidão da maioria dos habitantes do país. Conquistar a emancipação definitiva da nação, ampliar o significado dos princípios constitucionais seria tarefa relegada aos pósteros.

COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. 16. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1987. p. 125.

Considerando o processo de independência do Brasil, assinale a afirmação verdadeira.

- a) Não ocorreu nenhuma ocultação dos reais problemas sociais e econômicos do país após a independência, já que a elite local buscou solucioná-los imediatamente.
- b) Apenas ocorreu a independência econômica do Brasil, mas não a política, pois a elite nacional europeizada submeteu-se aos interesses da Inglaterra.

- c) Pelo fato de a monarquia ter sido logo adotada como forma de governo, a independência não representou mudanças sociais significativas, pois estas ficariam a cargo de gerações futuras.
- d) Não houve acordo de independência com os Britânicos, que reagiram o quanto puderam à independência do Brasil, já que ela representaria a real autonomia econômica do país.

3. **FCMSCSP 2021** Observe a litografia de Jean-Baptiste Debret, intitulada *Empregado do governo saindo a passeio*, de 1835.



(Apud Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling. *Brasil: uma biografia*, 2018.)

A imagem, produzida durante o Brasil Império, mostra duas características da sociedade colonial que persistiram após a independência política:

- a) a cordialidade e o servilismo.
- b) a desigualdade social e a harmonia das raças.
- c) a informalidade e a religiosidade.
- d) o privilégio do setor público e o autoritarismo.
- e) o patriarcalismo e o escravismo.

4. **ESPM-SP 2016** ... uma Constituição não é outra coisa que a ata do Pacto Social que fazem entre si os homens, quando se juntam e associam para viver em reunião ou sociedade.

Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo Caneca. Citado por Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota in *História do Brasil: uma interpretação*.

As palavras do Frei Caneca foram proferidas a propósito de crítica ao modelo autocrático-imperial de Pedro I. Assinale a alternativa que apresente a revolução republicana e separatista que eclodiu no nordeste, ocorrida contra o governo de Pedro I:

- a) Revolução Pernambucana de 1817;
- b) Sabinada;
- c) Cabanagem;
- d) Balaiada;
- e) Confederação do Equador.

FRENTE 1

AULAS 27 E 28

Período Regencial: avanço liberal e regresso conservador

1. Avanço liberal (1831-1837)

- Novas organizações políticas.
 - Liberais moderados (chimangos).
 - Liberais exaltados (jurujubas / farroupilhas).
 - Restauradores (caramurus / corcundas).
- Regência Trina Provisória.
- Regência Trina Permanente.
 - Criação da Guarda Nacional (1831).
 - Código de Processo Criminal (1832).
- Ato Adicional (1834).
 - Regências: trinas → unas.
 - Criação de Assembleias Legislativas Provinciais.
 - Fim do Conselho de Estado.
- Regência do Padre Diogo Feijó (1835-1837).
 - Representante dos liberais moderados.
 - Revolta dos Malês (Salvador, 1835).
 - Cabanagem (Pará, 1835-1840).

- Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul e Santa Catarina, 1835-1845).
- Abdicação de Feijó (19 de setembro de 1837).

2. Regresso conservador (1837-1840)

- Reorganização das facções políticas.
 - Regressistas (conservadores).
 - Progressistas (liberais).
- Regência de Araújo Lima (1837-1840).
 - Sabinada (Bahia, 1837-1838).
 - Balaiada (Maranhão e Piauí, 1837-1841).
 - Criação de uma agenda cultural nacionalista.
 - Lei Interpretativa do Ato Adicional (1840).

3. Golpe da maioria

- Golpe de Estado articulado pelos liberais.
- Antecipação da maioria imperial (23 de julho de 1840).

Exercícios de sala

1. UPE 2017 Rio de Janeiro, 1831. Com cerca de 150 mil habitantes, a capital do Império era um grande caldeirão político e social em ebulição. A chamada Revolução de 7 de abril forçara a abdicação do primeiro imperador e instituíra uma regência trina para governar a nação até a maioria de Pedro II.

BASILE, Marcello. *Revolta e cidadania na corte regencial*. In: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n22/v11n22a03>

No contexto apontado, a arena política brasileira encontrava-se dividida entre três grupos, que disputavam o poder e os cargos públicos com interesses bastante distintos. Eram eles, respectivamente:

- a) unitaristas, maragatos e jacobinos.
- b) liberais, militares e conservadores.
- c) socialistas, federalistas e anarquistas.
- d) liberais moderados, liberais exaltados e caramurus.
- e) comerciantes, proprietários de escravos e militares.

2. Uece 2015 Aprovado em agosto de 1834, o chamado Ato Adicional propôs alterações à Constituição brasileira de 1824. A principal delas se caracterizou por

- a) conceder maior autonomia às Províncias.
- b) substituir a Regência Una Pela Regência Trina.
- c) manter e ampliar o poder do Conselho de Estado.
- d) extinguir a vitaliciedade do Senado.

3. Famema-SP 2021 Foram os próprios liberais que defenderam a nomeação do presidente da província pelo governo central, de modo que garantisse a articulação das partes em um todo dirigido pelo governo do Rio de Janeiro. O que a experiência em 1831 ensinou à elite brasileira é que a autonomia regional tinha de conviver com um controle mais rígido do governo central para manter a ordem interna.

Miriam Dolhnikoff. "Elites regionais e a construção do Estado Nacional". In: István Jancsón (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*, 2003. Adaptado.

O excerto refere-se às consequências da experiência política inaugurada na história brasileira em 1831 e que resultou em

- a) fechamento do Poder Legislativo e adoção do Poder Moderador.
- b) projetos de recolonização do Brasil e imposição do absolutismo monárquico.
- c) rivalidades entre grupos dominantes e rebeliões populares.
- d) dissolução do poder central e consolidação de repúblicas regionais.
- e) enfraquecimento militar do Estado e início da propaganda abolicionista.

4. **UEM-PR 2016** Sobre o período regencial brasileiro (1831-1840), é correto afirmar que:

- 01 Os regentes tinham as atribuições do poder executivo, mas não as do Poder Moderador, que eram exclusivas do imperador.
- 02 Ao longo do período regencial, ocorreram diversas rebeliões contra a ordem vigente, tais como a Cabanagem, a Balaiada, a Revolta dos Malês e a Revolução Farroupilha.
- 04 O Ato Adicional de 1834 modificou a Constituição de 1824 com o objetivo de acabar com a autonomia das províncias e dissolver as Assembleias Provinciais.
- 08 Em 1831 foi formada a guarda nacional que tinha como missão garantir a segurança dos municípios e as fronteiras do país.
- 16 Durante o período regencial foi assinado o Convênio de Taubaté, para a construção da estrada de ferro entre Rio de Janeiro e São Paulo.

Soma:

5. **UEM-PR 2019** Queremos Pedro II / Embora não tenha idade / A nação dispensa a lei / E viva a maioria

(SCHWARCZ, L. M. As barbas do imperador. In: FREITAS NETO, J. A.; TASINAFIO, C. R. *História Geral e do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Harbra, 2011. p. 547).

Esse fragmento se refere ao golpe da maioria que levou à coroação de Pedro de Alcântara como sagrado imperador com o título de dom Pedro II.

A respeito do Segundo Reinado, assinale o que for **correto**.

- 01 O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi fundado nesse período e recebeu apoio do próprio imperador dom Pedro II.
- 02 A Questão Christie, a Questão Platina e a Guerra do Paraguai foram conflitos internacionais que marcaram a política externa no Segundo Reinado.
- 04 O Parlamentarismo teve início no Segundo Reinado com a criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros, quando houve a extinção do Poder Moderador.
- 08 Durante o governo de dom Pedro II dois partidos políticos alternaram-se no poder: o Partido Conservador, apelidado de “saquarema”, e o Partido Liberal, apelidado de “luzia”. Apesar de defenderem interesses distintos, esses partidos governaram juntos no período da conciliação. Em 1853, criou-se o chamado Ministério da Conciliação por iniciativa do marquês do Paraná, o mineiro Honório Carneiro Leão.

16 A Revolta Praieira, liderada por Pedro Ivo e Borges da Fonseca, propôs a extinção do Poder Moderador e o fim do voto censitário.

Soma:

6. **Uern 2015** Após a abdicação de Dom Pedro I, políticos intitulados regentes governaram o Brasil em nome do imperador, já que o herdeiro do trono, seu filho Dom Pedro II, tinha apenas 5 anos. Essa fase de grande agitação social e política vai de abril de 1831 a julho de 1840. Observe as duas gravuras relativas às revoltas sociais características desse período histórico específico.



(Disponível em: <https://www.google.com/search?q=252Fwww.brasilescola.com%252Fhistoriab%252F.htm%3B367%3B257>)



(Disponível em: https://www.google.com/search?q=rebeloes+regenciais+_locale%253Des%3B265%3B400)

Jean-Baptiste Debret. Negro de origem muçulmana. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*.

É correto afirmar que as gravuras referem-se, respectivamente, a:

- a) Carrancas e Sabinada.
- b) Farroupilha e Cabanagem.
- c) Balaiada e Revolta dos Malês.
- d) Revolta dos Guanais e Setembrada.

Guia de estudos

História • Livro 2 • Frente 1 • Capítulo 6

- I. Leia as páginas de **60 a 66**.
- II. Faça os exercícios de **1 a 7** da seção “Revisando”.

- III. Faça os exercícios propostos **1, 2, 4, 5 e 7**.
- IV. Faça os exercícios complementares de **1 a 8**.

FRENTE 1

AULAS 29 E 30

Segundo Reinado: montagem do parlamentarismo "às avessas" e revoltas liberais

Política interna

- Gabinete liberal da maioria (1840-1841).
- "Eleições do cacete" (1841).
- Montagem do "parlamentarismo às avessas".
 - Criação de um novo cargo: chefe do Conselho de Ministros (1847).
 - Garantia do revezamento partidário conforme os interesses imperiais.



Caricatura publicada no jornal *O Mequetrefe*, em 1878, apresenta D. Pedro II equilibrando representações dos partidos Liberal e Conservador.

Cândido Aragonez de Faria/Wikimedia Commons

- Revolução Praieira (Pernambuco, 1848-1850).
 - Rebelião liberal provincial.
 - Defesa do republicanismo e do federalismo, aspirações democráticas e antilusitanismo.
 - Repressão e anistia aos envolvidos.



João Ferreira Villela/Brasiliana Fotográfica

Vista da cidade de Recife em meados do século XIX, local em que ocorreu a Revolução Praieira.

Exercícios de sala

1. **Enem PPL 2019** O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) reuniu historiadores, romancistas, poetas, administradores públicos e políticos em torno da investigação a respeito do caráter brasileiro. Em certo sentido, a estrutura dessa instituição, pelo menos como projeto, reproduzia o modelo centralizador imperial. Assim, enquanto na Corte localizava-se a sede, nas províncias deveria haver os respectivos institutos regionais. Estes, por sua vez, enviariam documentos e relatos regionais para a capital.

DEL PRIORE, M.; VENÂNCIO, R. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010 (adaptado).

De acordo com o texto, durante o reinado de D. Pedro II, o referido instituto objetivava

- a) construir uma narrativa de nação.
 - b) debater as desigualdades sociais.
 - c) combater as injustiças coloniais.
 - d) defender a retórica do abolicionismo.
 - e) evidenciar uma diversidade étnica.
2. **ESPM-SP 2017** Tratava-se de um parlamentarismo sem povo. Os partidos, criados pelas camadas economicamente dominantes, sem ideários muito nítidos, coagiam e manipulavam um eleitorado ínfimo, sem traduzir-lhes os interesses concretos. O caráter oligárquico definia tais partidos. Mais que isso, esta definição provinha de uma oligarquia enriquecida pelo oficialismo, em que só o controle do poder suscitava às majorias vindas, do nada, levando-as a reear participação popular.

Adriana Lopez; Carlos Guilherme Mota. *História do Brasil: uma interpretação*.

A leitura do texto e o conhecimento do sistema político brasileiro do Segundo Reinado permitem afirmar que:

- a) o poder moderador conduzia o processo, as maiorias eram forjadas e o poder legislativo era subordinado ao poder executivo;
 - b) havia um pluripartidarismo que expressava uma rica diversidade de ideários;
 - c) era expressiva a participação popular nos partidos, fato que era estimulado pelo sufrágio universal;
 - d) o parlamentarismo adotado no Brasil concentrou a autoridade no poder legislativo;
 - e) em função do bipartidarismo e das diversidades ideológicas, um partido defendia os interesses da aristocracia rural, enquanto o outro apoiava os setores urbanos populares e os camponeses.
3. **Unesp** Os dois grandes partidos imperiais (...) completaram sua formação (...) como agremiações políticas opostas. Mas havia mesmo diferenças ideológicas ou sociais entre eles? Não passariam no fundo de grupos quase idênticos, separados apenas por rivalidades pessoais? Muitos contemporâneos afirmam isso. Ficou célebre uma frase atribuída ao político pernambucano Holanda Cavalcanti: 'nada se assemelha mais a um saquarema do que um luzia no poder'.

B. Fausto, *História do Brasil*.

A transcrição refere-se aos partidos

- a) Radical e Justicialista, que formaram a estrutura bipartidária vigente na Regência.
 - b) Republicano e Democrático, que deram o tom político ao longo do Primeiro Reinado.
 - c) Progressista e Ruralista, que se constituíram nas duas forças políticas em ação no Segundo Reinado.
 - d) Trabalhista e Positivista, que moldaram a vida política no Antigo Regime.
 - e) Conservador e Liberal, que dominaram a cena política até a proclamação da República.
4. **USF-SP 2017** Leia o excerto a respeito da política brasileira durante o Segundo Reinado.

Conservadores e liberais, apesar de lutarem intensamente pelo poder, representavam basicamente os mesmos interesses, ou seja, os interesses dos grandes proprietários rurais. A afirmação da época "nada mais parecido com um conservador do que um liberal no governo" tanto era verdadeira que, no início da segunda metade do século XIX, liberais e conservadores chegaram a participar do mesmo ministério. Durante quase todo o Segundo Reinado, predominou o regime parlamentarista.

Sobre a política do Segundo Reinado, assinale a alternativa correta.

- a) O Brasil adotou o regime parlamentarista sob os moldes britânicos, extinguindo o Poder Moderador, valorizando assim, as atividades do Poder Legislativo.
 - b) O Ministério da Conciliação foi formado por representantes dos partidos Restaurador e Farroupilha, constituindo uma ala progressista de apoio ao governo imperial.
 - c) O Exército brasileiro participou ativamente da política brasileira nesse período, defendendo desde o início do Império ideias positivistas.
 - d) A Revolução Praieira, ocorrida em Pernambuco, apresentava caráter republicano liberal, tendo influência das revoluções europeias de 1848.
 - e) Ao final do Império, os partidos Republicano Paulista e o Republicano Mineiro, promoveram um golpe de Estado que resultou no novo regime a partir de 1889.
5. **UFRGS 2019** A Revolução Praieira foi um movimento que arregimentou oligarcas e setores empobrecidos da população pernambucana contra o Império do Brasil. Ao divulgarem o "Manifesto ao Mundo", os rebeldes exigiam, entre outras demandas, o voto livre e universal, a independência dos poderes constituídos, o fim do Poder Moderador e o monopólio de brasileiros no comércio varejista.
- Em relação aos seus ideais, é correto afirmar que os rebeldes
- a) foram inspirados pela Revolução Francesa, eram favoráveis à centralização política no poder executivo e partidários da presença portuguesa na economia.
 - b) foram influenciados pela "Primavera dos Povos" de 1848, eram liberais e possuíam um componente antilusitano.
 - c) eram adeptos das teorias socialistas, incentivando a luta de classes e a administração centrada no poder do imperador.
 - d) lutavam contra o predomínio das oligarquias regionais, preconizavam a "revolução dos pobres" e a independência da região Nordeste.
 - e) defendiam o fim do Império, o retorno à condição colonial e o incentivo ao comércio interno.

6. UCPeI-RS 2020

Avisa aos senhores e madames
Que tranquem o condomínio dos seus sonhos
Eu vi passar um enxame medonho
De maltrapilhos querendo revanche

Que a massa destrutada quando cansa
Se vinga nem que seja pelo sonho
Heroico como um sonho de criança
Eu vi passar um enxame medonho

Avisa às madames e senhores
Que é inútil se esconder nos cobertores
Tomar remédio pra dormir direto
Melhor é se deitar com um olho aberto

Inútil contratar qualquer milícia
Não há quem possa proteger o sonho
E eu vi teimoso e cheio de malícia
Eu vi passar um enxame medonho

Avisa aos donos da nova estação
Que hoje eu vou dormir até mais tarde
Cansei de acordar com essa saudade
Do sonho que chamou e eu disse não

Avisa às madames e senhores
Que eu vi passar um enxame fardado
De calças largas, correntões de ouro
E a noite hoje vai cair pesado

Inútil procurar novos culpados
Inútil inventar falsos temores
Eu vi passar um enxame abusado
E a noite hoje vai pesar horrores

Avisa aos senhores e madames
Brilhante como um sonho de novela
Nos sonhos de quem sonha com Miami
Não vai adiantar bater panela

Não vai adiantar pedir arrego
Culpado não se sonha com sossego
E vão todos pra forca no meu sonho
Eu vi passar um enxame medonho

Avisa aos donos da nova estação
Que hoje eu vou dormir até mais tarde
Cansei de acordar com essa saudade
Do sonho que chamou e eu disse não

Avisa aos donos da nova estação
Que hoje eu vou dormir até mais tarde
Cansei de acordar com essa saudade
Do sonho que chamou e eu disse não

A música “O Sonho”, composta pelo compositor carioca Juliano Guerra para o disco Neura, reflete sobre o crescente sentimento de injustiça e desejo de

vingança que se espalham pela sociedade brasileira, marcada pela desigualdade social e pela intolerância, seja ela religiosa, política, racial, cultural ou de gênero. Longe de ser uma marca exclusiva dos anos 2000, as manifestações populares de contestação a valores excludentes e voltados a legitimar grupos no poder do Brasil marcaram a história de nosso país.

Sobre as manifestações populares ao longo da história do Brasil e suas razões e contestações, marque a alternativa correta:

- a) a Conjuração Baiana ou Revolta dos Alfaiates, ocorrida ainda no período colonial brasileiro, se destacou pela presença das camadas populares entre as lideranças o que, porém, não impediu que a revolta tivesse restrições em seus compromissos sociais, como a falta de apoio à abolição da escravidão e o compromisso dos principais líderes em manter o regime monarquista que caracterizava o Brasil na época.
- b) a Revolta do Padre Cícero, ocorrida durante a República Velha, evidencia a importância histórica de líderes religiosos na união das camadas desfavorecidas em suas lutas pela democratização do acesso a direitos fundamentais como o voto, a terra e as melhores condições econômicas de vida.
- c) a Revolução Praieira, que ocorreu no início do Segundo Império brasileiro, marcou a chegada entre as camadas mais pobres de Pernambuco dos ideais de contestação que irrompiam na Europa, em especial na França, numa série de manifestações políticas e sociais que ficaram conhecidas como a Primavera dos Povos e que, no nordeste brasileiro, ganharam contornos regionais de combate ao poder das famílias tradicionais rurais.
- d) durante o Estado Novo varguista, as camadas populares do centro político do país na época, São Paulo e Rio de Janeiro, se uniram em torno de Luís Carlos Prestes e sob a inspiração da Revolução Chinesa de Mao Tsé-Tung para contestar a ditadura de Vargas e o processo de manipulação nacionalista popular que caracterizou seu governo, numa revolta que ficou conhecida como Intentona Comunista.
- e) durante a fase mais autoritária do regime militar iniciado em 1964, Carlos Marighella liderou uma série de manifestações de denúncias do arbítrio do governo e de combate aos privilégios dos grandes empresários internacionais aliados do regime, num movimento popular urbano que ficou conhecido como Guerrilha do Araguaia e que foi violentamente reprimido com a morte de seus principais líderes.

Guia de estudos

História • Livro 2 • Frente 1 • Capítulo 7

- I. Leia as páginas **78** e **79**.
- II. Faça os exercícios de **1 a 4** da seção “Revisando”.
- III. Faça os exercícios propostos de **1 a 4** e de **6 a 10**.
- IV. Faça os exercícios complementares de **1 a 7**.

FRENTE 1

AULAS 31 E 32

Segundo Reinado: consolidação do Estado, industrialização, economia cafeeira, abolição e imigração

Economia e sociedade

- Tarifa Alves Branco (1844).
- Era Mauá (1850-1860).
- Ciclo amazônico da borracha (1850-1910).
- Pressões inglesas contra o tráfico atlântico de escravizados.
 - Lei Bill Aberdeen (1845).
 - Lei Eusébio de Queirós (1850).
- Economia cafeeira.
 - Sudeste: novo eixo econômico.
 - Manutenção do modelo primário exportador.
 - Primeira fase: Vale do Paraíba (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, desde 1830).
 - Segunda fase: Oeste Paulista (após 1840).

Rota do café – século XIX



Fonte: elaborado com base em VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. *História geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2001. p. 387.

- Imigração.
 - Primeira fase: sistema de parcerias (1840-1850).
 - Segunda fase: imigração subvencionada (após 1870).
- Processo abolicionista lento, gradual e controlado.
 - Lei do Ventre Livre (1871).
 - Lei Saraiva-Cotegipe/Lei dos Sexagenários (1885).

Exercícios de sala

1. **UPF-RS 2017** A partir da década de 1840, o café se consolidou como o principal produto de exportação do Brasil. Em função da cafeicultura, criou-se toda uma rede de infraestrutura, com aparelhamento dos portos, melhoria dos transportes, instituição de novos mecanismos de crédito e estímulo à vinda de imigrantes europeus para diversificação da mão de obra.

A cafeicultura definiu o deslocamento do polo econômico do país para as zonas:

- a) Recôncavo Baiano e Chapada Diamantina.
- b) Grão-Pará e Costa de Saúipe.
- c) Vale do Paraíba e oeste paulista.
- d) Sertão pernambucano e Triângulo mineiro.
- e) Vale do Itajaí e oeste catarinense.

- 2. Unicamp-SP 2021** A casa de morar nas fazendas ou o palacete foram em geral construídos a partir de 1870. Representavam o poderio econômico e político do proprietário, assim como o gênero da pintura de paisagem que, segundo o historiador Rafael Marquese, foi mobilizado pela classe senhorial do Vale do Paraíba como uma resposta direta à crise da escravidão negra no Império do Brasil.

Adaptado de Ana Luiza Martins, "Representações da economia cafeeira: dos barões aos 'Reis do café', em Wilma Peres Costa e Ana Betraiz Demarchi Barel (orgs.), *Cultura e Poder entre o Império e a República*. São Paulo: Alameda, 2018, p. 195.

A partir do texto acima, é correto afirmar:

- a) Os senhores do café incrementaram um sistema de produção cafeeiro moderno que atendia o mercado internacional. Desde a instalação da corte joanina no Brasil, eles investiram nas formas de morar como capital simbólico.
- b) Na crise capitalista da década de 1870, os produtores de café no Brasil alavancaram o tráfico de escravizados vindos de África e investiram na riqueza simbólica de suas propriedades.
- c) No Segundo Reinado, com a intensa crise na obtenção de escravizados para as plantações de café e a acirrada disputa na definição das políticas migratórias, os cafeicultores redefiniram seu capital simbólico.
- d) O investimento nas casas de fazenda e na pintura de paisagem reafirmava a importância social da classe senhorial. Era uma reação política contra a reforma agrária estabelecida na Lei de Terras de 1850.

- 3. FGV-SP 2018** Terra do sonho é distante/e seu nome é Brasil/ plantarei a minha vida/ debaixo de céu anil/ Minha Itália, Alemanha/ Minha Espanha, Portugal/talvez nunca mais eu veja/ minha terra natal.

Milton Nascimento. *Sonho imigrante*.

Acerca do processo de imigração para o Brasil, registrado no século XIX, é correto afirmar:

- a) O Brasil tornou-se o destino preferencial dos imigrantes europeus graças à possibilidade de se constituírem pequenos proprietários rurais devido à promulgação da Lei de Terras em 1850.
- b) Desde a proclamação da independência do Brasil, a imigração europeia foi estimulada pelo governo central como uma maneira de atender às pressões inglesas pelo fim da escravidão no país.
- c) O fluxo imigratório só deslançou no Brasil após as alterações nas leis trabalhistas que garantiram condições de trabalho análogas às oferecidas no continente europeu.
- d) A partir da década de 1870, com as iniciativas do governo de São Paulo, intensificou-se o fluxo imigratório de europeus para a província paulista destinados, sobretudo, à produção cafeeira.
- e) A modernização das atividades agrícolas brasileiras iniciara-se a partir do declínio da produção canavieira e com o desenvolvimento do complexo cafeeiro na região do Recôncavo Baiano e do Sul da Bahia.

- 4. FGV-SP 2020** O contrato de trabalho na fazenda de café paulista consistia no pagamento anual de uma certa quantia por cada mil pés de café cuidados [...]. O colono ainda recebia uma quantia estipulada por alqueire (medida) de café colhido. [...] O que tinha uma importância extraordinária no sistema de trabalho nas fazendas paulistas era, entretanto, a possibilidade de plantar produtos de subsistência entre os cafeeiros e a obtenção de um pedaço de terra com essa finalidade, além de um pasto para alguns animais.

Maria Tereza Schorer Petrone. "Imigração". In: *História geral da civilização brasileira: O Brasil republicano*, tomo III, vol. 2, 1990.

O estímulo à contratação de trabalhadores estrangeiros pelas fazendas paulistas, no contexto de abolição da escravidão no final do século XIX, implicou

- a) a estagnação relativa da economia de exportação e o predomínio gradual da industrialização sustentada pela formação do mercado consumidor interno.
- b) a permanência da exploração compulsória do trabalho nos moldes coloniais e o fracasso da política de transferência de agricultores estrangeiros para o Brasil.
- c) a ampliação da base monetária da economia do país e a manutenção do ritmo da atividade agroexportadora com a expressiva oferta de mão de obra.
- d) a pacificação das relações de trabalho nos latifúndios paulistas e a dependência política do grande proprietário em relação aos eleitores rurais.
- e) a assinatura de acordos do estado de São Paulo com os países de origem da mão de obra e a pronta aceitação da nacionalidade brasileira pelos recém-chegados.

- 5. IFBA 2014** A tarefa do agenciador não requer muita especialização; basta dizer aos camponeses que dentro de alguns meses terão dinheiro aos montes, que num par de anos serão proprietários de latifúndios, que de trabalhadores braçais tornar-se-ão patrões e persuadir meia dúzia dos mais importantes e o apostolado está completo (...). E assim, aos gritos de "Viva a América, morram os patrões", levadas de emigrantes deixaram a região dirigindo-se para o Brasil.

Comentário de um observador italiano, em 1874. SEVCENKO, N., org. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. V. 3, p. 231.

O observador italiano apresenta, em seu comentário, uma realidade que no Brasil está associada

- a) a levantes armados de imigrantes contra o governo imperial a quem culpavam por tê-los enganado com falsas promessas de enriquecimento fácil.
- b) à promessa do governo imperial de que os imigrantes logo se tornariam donos de indústrias, deixando de ser operários e se tornando patrões no Brasil.
- c) aos esforços empreendidos para trazer imigrantes europeus, fundados na ideia de que estes contribuiriam para “civilizar”, modernizar e embranquecer a sociedade brasileira.
- d) à cansativa tarefa do império brasileiro em convencer europeus a abrirem mão das comodidades e da segurança de seus países, doando-lhes terras que os tornariam latifundiários no Brasil.
- e) aos problemas enfrentados pelos imigrantes ao chegarem ao Brasil e constatarem as enormes dívidas que tinham com o governo brasileiro, referentes aos custos da viagem de navio.

6. **UPF-RS 2021** No contexto da chamada *grande imigração*, ocorrida nas Américas a partir das últimas décadas do século XIX até 1930, o Brasil foi um dos países que mais recebeu imigrantes que vinham em busca de oportunidade de trabalho e ascensão social. Sobre esse fenômeno, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Nesse período, os italianos formaram o grupo mais numeroso de imigrantes, vindo principalmente para São Paulo, fornecendo mão de obra para as lavouras de café e para o Rio Grande do Sul, onde se instalaram como pequenos proprietários na região serrana.
- b) Grupo minoritário, os sírio-libaneses e os judeus se concentraram nas cidades e dedicaram-se, inicialmente, à atividade de mascates, vendendo mercadorias de porta em porta.
- c) Os imigrantes alemães se destacaram por terem se deslocado até o Brasil com fundos próprios. Esses fundos foram empregados na indústria de extração vegetal na Amazônia.
- d) A imigração portuguesa concentrou-se no Rio de Janeiro (Distrito Federal) e em São Paulo, onde se dedicaram ao comércio e à indústria.
- e) Os japoneses se deslocavam ao Brasil com a família. Esta etnia se fixou no campo por mais tempo na condição de pequenos proprietários, com papel expressivo na diversificação das atividades agrícolas.

Guia de estudos

História • Livro 2 • Frente 1 • Capítulo 7

- I. Leia as páginas de **79 a 85**.
- II. Faça os exercícios de **5 a 7** da seção “Revisando”.
- III. Faça os exercícios propostos de **12 a 20**.
- IV. Faça os exercícios complementares de **9 a 16**.

Segundo Reinado: política externa e Guerra do Paraguai

Política externa

- Questão Christie (1861-1865).
- Problemáticas platinas.
 - Consolidação do Estado nacional brasileiro.
 - Defesa dos interesses dos charqueadores e da elite agrária do Rio Grande do Sul.
 - Livre navegação na região do Prata.
 - Império x caudilhismo.
 - Guerra Grande ou Guerra contra Oribe e Rosas (1839-1852).
 - Unificação da Argentina (1862).
 - Deposição de Aguirre e dos *blancos* no Uruguai (1864).
- Guerra do Paraguai (1864-1870).
 - Guerra como fruto das ações imperialistas brasileiras.
 - Formação da Tríplice Aliança (Brasil + Uruguai + Argentina).
 - Conflito violento e prolongado.
 - Derrota paraguaia.

Guerra do Paraguai – 1864-1870



Fonte: elaborado com base em: VICENTINO, Cláudio. *Atlas histórico: Geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2011. p. 130.

Exercícios de sala

1. Unichristus-CE 2022 A Guerra do Paraguai é um dos assuntos de maior complexidade e gerou grande polêmica dentro da historiografia. Atualmente, a compreensão que se tem dessa guerra é completamente diferente da que existia em meados da década de 1990. A nova compreensão sobre esse conflito decorreu de estudos recentes realizados por historiadores paraguaios e brasileiros que tiveram acesso a uma ampla documentação, até então não analisada.

Disponível em: <https://educador.brasilescola.uol.com.br>. Acesso em: 27 jun. 2021 (adaptado).

No contexto descrito, uma nova compreensão sobre o conflito se encontra no(a)

- resultado do choque dos interesses econômicos e políticos das nações da bacia Platina.
- imperialismo brasileiro, que tomou metade do território paraguaio no início do século XIX.
- busca megalomaniaca de Solano López em criar o “Grande Paraguai”.

- fato de o Paraguai ter adotado um modelo de desenvolvimento autóctone.
- confirmação de que a Guerra do Paraguai foi causada pelo imperialismo britânico.

2. Unisc-RS 2016 Na história do Rio Grande do Sul, encontramos diferentes exemplos de disputas entre portugueses e espanhóis, entre grupos políticos regionais, e de conflitos sucessivos em torno de interesses e de fronteiras na Região do Prata. Assinale a alternativa que apresenta exemplos desses conflitos, com a participação sul-rio-grandense, no século XIX.

- Campanha da Legalidade, Guerra da Cisplatina e Guerra do Paraguai.
- Guerra da Cisplatina, Guerra contra Aguirre e Guerra do Paraguai.
- Revolução Farroupilha, Revolução de 1923 e Revolução Federalista.

- d) Revolta da Armada, Guerra da Cisplatina e Confederação do Equador.
- e) Guerra da Cisplatina, Guerras Guaraníticas e Campanha da Legalidade.

3. Mackenzie-SP 2015 A maior das guerras que a América Latina conheceu no século XIX foi a Guerra do Paraguai (1864-1870). Em 1865, os governos do Brasil, Argentina e Uruguai criaram a Tríplice Aliança contra o governo do presidente paraguaio Solano López. Sobre esse conflito considere as afirmativas dadas.

- I. A questão fundamental era a liberalização da bacia do Rio da Prata para o comércio internacional, o que beneficiaria especialmente aos interesses ingleses na região.
- II. A expansão da economia paraguaia exigia que o país pudesse exercer controle sobre a navegação dos rios platinos. Com uma indústria florescente, o Paraguai necessitava escoar suas mercadorias através do estuário do Prata.
- III. Os países integrantes da Tríplice Aliança foram financiados pelo capital inglês e, portanto, não tiveram suas economias prejudicadas pelo confronto armado.

Assinale

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente a afirmativa II estiver correta.
- c) se somente a afirmativa III estiver correta.
- d) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- e) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

4. Unesp 2017 Art. 3º O governo paraguaio se reconhece obrigado à celebração do Tratado da Tríplice Aliança de 1º de maio de 1865, entendendo-se estabelecido desde já que a navegação do Alto Paraná e do Rio Paraguai nas águas territoriais da república deste nome fica franqueada aos navios de guerra e mercantes das nações aliadas, livres de todo e qualquer ônus, e sem que se possa impedir ou estorvar-se de nenhum modo a liberdade dessa navegação comum.

“Acordo Preliminar de Paz Celebrado entre Brasil, Argentina e Uruguai com o Paraguai (20 junho 1870)”. In: Paulo Bonavides e Roberto Amaral (orgs.). *Textos políticos da história do Brasil*, 2002. Adaptado.

O tratado de paz imposto pelos países vencedores da guerra contra o Paraguai deixa transparente um dos motivos da participação do Estado brasileiro no conflito:

- a) o domínio de jazidas de ouro e prata descobertas nas províncias centrais.
- b) o esforço em manter os acordos comerciais celebrados pelas metrópoles ibéricas.
- c) a garantia de livre trânsito nas vias de acesso a províncias do interior do país.
- d) o projeto governamental de proteger a nação com fronteiras naturais.
- e) o monopólio governamental do transporte de mercadorias a longa distância.

5. Unesp A Guerra do Paraguai (1864-1870) foi definida, por alguns historiadores, como um momento de apogeu do Império brasileiro. Outros preferiram considerá-la como uma demonstração de seu declínio. Tal discordância se justifica porque o conflito sul-americano

- a) estabeleceu pleno domínio militar brasileiro na região do Prata, mas provocou grave crise financeira no Brasil.
- b) abriu o mercado paraguaio para as manufaturas brasileiras, mas não evitou a entrada no Paraguai de mercadorias contrabandeadas.
- c) freou o crescimento econômico dos países vizinhos, mas permitiu o aumento da influência americana na região.
- d) ajudou a profissionalizar e politizar o Exército brasileiro, mas contribuiu na difusão, entre suas lideranças, do abolicionismo.
- e) fez do imperador brasileiro um líder continental, mas gerou a morte de milhares de soldados.

6. Enem 2014



De volta do Paraguai

Cheio de glória, coberto de louros, depois de ter derramado seu sangue em defesa da pátria e libertado um povo da escravidão, o voluntário volta ao seu país natal para ver sua mãe amarrada a um tronco horrível de realidade!...

AGOSTINI. “A vida fluminense”, ano 3, n. 128, 11 jun. 1870. In: LEMOS, R. (Org). *Uma história do Brasil através da caricatura* (1840-2001). Rio de Janeiro: Letras & Expressões, 2001 (adaptado).

Na charge, identifica-se uma contradição no retorno de parte dos “Voluntários da Pátria” que lutaram na Guerra do Paraguai (1864-1870), evidenciada na

- a) negação da cidadania aos familiares cativos.
- b) concessão de alforrias aos militares escravos.
- c) perseguição dos escravistas aos soldados negros.
- d) punição dos feitores aos recrutados compulsoriamente.
- e) suspensão das indenizações aos proprietários prejudicados.

Guia de estudos

História • Livro 2 • Frente 1 • Capítulo 7

- I. Leia as páginas de **85 a 87**.
- II. Faça o exercício **8** da seção “Revisando”.
- III. Faça os exercícios propostos de **21 a 30**.
- IV. Faça os exercícios complementares de **21 a 29**.

Crise do Segundo Reinado e Proclamação da República

1. Crise do Segundo Reinado

- O pós-guerra do Paraguai.
 - Politização dos militares brasileiros.
 - Emergência da elite cafeeicultora.
 - Ausência de auxílio do governo imperial no processo da expansão cafeeira.
- Processo de urbanização.
 - Criação de novas formas de trabalho e de novos agentes políticos.
- Organização do movimento republicano.
 - Publicação do “Manifesto Republicano” (1870).
 - Partido Republicano do Rio de Janeiro (1870).

- Partido Republicano Paulista (1873).
- Partido Republicano do Rio Grande do Sul (pica-paus / chimangos) (1882).
- Questão militar (1883-1887).
- Abolição da escravidão.
 - Lei Áurea (13 de maio de 1888).

2. Proclamação da República

- Proclamação da República (15 de novembro de 1889).
 - Golpe militar repentino e inesperado.
 - Apoio decisivo: Deodoro da Fonseca.
- Reacomodação das elites.

Exercícios de sala

1. Uece 2017 O Brasil foi o último país da América a acabar, oficialmente, com a escravidão em seu território. Apesar do pioneirismo das províncias do Ceará e do Amazonas, que aboliram a escravidão em 1884, o processo que levou até a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, teve início com a Lei Eusébio de Queirós, de 4 de setembro de 1850, que proibia o tráfico de escravos para o Brasil. Atente ao que diz o Professor Antonio Torres Montenegro a esse respeito: “Com o passar dos anos, vai-se tornando evidente que a extinção do tráfico de escravos, por si, não é suficiente para garantir um fim próximo para a escravidão. Existia, agora, o comércio de escravos entre as províncias, que começava a gerar outros problemas. Isso porque as províncias do Norte e Nordeste passaram a vender grandes quantidades de escravos para o Sul e Sudeste. [...] O Norte e o Nordeste passam, então, a adotar, crescentemente, o trabalho livre, tornando-se aos poucos, mais flexíveis em relação a um prazo imediato para o fim da escravidão do que o Sul, que tinha acabado de realizar um grande investimento na compra de escravos”.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *Reinventando a liberdade: a abolição da escravatura no Brasil*. 9ª ed. São Paulo: Atual, 1989, p. 9-10.

De acordo com o texto acima, pode-se concluir acertadamente que

- a) a partir da edição da Lei Eusébio de Queirós, em 1850, que proibia o tráfico de escravos para o Brasil, garantiu-se o fim do comércio de escravos no país.
- b) o comércio interprovincial de escravos favoreceu a que as províncias do Ceará e do Amazonas abolissem a escravidão ainda em 1884, cerca de 4 anos antes da assinatura da Lei Áurea.
- c) no Sul e Sudeste, em virtude da compra de escravos das províncias do Norte e Nordeste, surgiu um movimento de apoio à abolição por parte dos grandes latifundiários cafeeicultores.

d) o fim da escravidão no Brasil foi um processo demorado porque apenas questões étnicas impediam a realização da abolição.

2. Unicamp-SP 2020 Os números indicam que antes da abolição de 1888 restavam pouco mais de setecentos mil escravos no Brasil. Conforme estimativa do censo de 1872, elaborada pelo IBGE, a população total do país era de 9.930.478 habitantes. Isso indica que grande parte da população de cor (pretos e pardos) já havia adquirido a liberdade por seus próprios meios antes da Lei Áurea.

Adaptado de Wlamyra Albuquerque, A vala comum da ‘raça emancipada’: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. *História Social*, Campinas, n. 19, p. 99, 2010.

Com base no excerto e nos conhecimentos sobre a história da liberdade no Brasil, assinale a alternativa correta.

- a) A maioria da população negra já era liberta antes de 1888, porque as províncias escravistas do Sudeste, almejando abrirem-se para a imigração italiana, vinham adotando medidas abolicionistas desde o fim do tráfico, em 1850.
- b) Em termos globais, o grande percentual da população livre de cor reflete o peso demográfico da população liberta concentrada nas províncias pouco dependentes da escravidão, como Santa Catarina e Paraná.
- c) A maioria da população africana e seus descendentes já era livre quando a Lei Áurea foi aprovada, porque vinha obtendo alforrias através de uma multiplicidade de estratégias, desde o período colonial.
- d) O alto número de libertos antes de 1888 reflete o impacto da abolição dos escravos por parte do Imperador D. Pedro II, pois a família real era a maior proprietária de cativos durante o século XIX, na região do Vale do Paraíba.

- 3. Uece 2018** O processo que conduziu à abolição da escravidão no Brasil e que contou com a atuação de nomes como José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, Luís Gama, Castro Alves, Rui Barbosa e muitos outros intelectuais teve seu desenlace com a assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888; contudo, conforme o excerto a seguir, muitos veem esse processo como inacabado.

Conservadora e curta, com pouco mais de duas linhas, a Lei nº 3.353, a chamada Lei Áurea, decretou, no dia 13 de maio de 1888, o fim legal da escravidão no Brasil. Mas se a escravidão teve seu fim do ponto de vista formal e legal há 130 anos, a dimensão social e política está inacabada até os dias atuais. Essa é a principal crítica de estudiosos e militantes dos movimentos negros à celebração do 13 de maio como o dia do fim da escravatura.

GONÇALVES, Juliana. 130 anos de abolição inacabada. *Brasil de fato*. Acessível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/13/130-anosde-uma-abolicao-inacabada/> acesso em 05/07/2018.

Em relação ao fim da escravidão no Brasil, na perspectiva do trecho acima, pode-se afirmar corretamente que

- apressou a queda do já combalido sistema monárquico e sua substituição por uma república em 15 de novembro de 1889, mas não criou condições necessárias para a plena integração dos libertos na sociedade brasileira.
 - atrasou o estabelecimento de um governo republicano que inserisse a população afrodescendente na sociedade brasileira com igualdades de condições aos demais grupos, o que só correu no Estado Novo em 1937.
 - por ter sido muito tardio, proporcionou condições para uma adequada inserção da população de ex-escravos na sociedade brasileira na condição de proprietária das terras a ela destinadas pelo governo.
 - ocorreu exclusivamente pelo interesse da monarquia em angariar o apoio do movimento abolicionista, que era muito popular junto à população, e em se opor aos seus rivais tradicionais, os latifundiários e os militares.
- 4. Unichristus-CE 2022** A Proclamação da República, ocorrida no dia 15 de novembro de 1889, foi um acontecimento de grande envergadura na história no Brasil, em que, por meio de um Golpe Civil-Militar, chefiado pelo Marechal Deodoro da Fonseca (chefe do Exército brasileiro à época), destituiu-se Dom Pedro II do governo monárquico Constitucional Parlamentarista e instituiu-se o governo provisório da República presidencialista, do qual Marechal foi destacado como presidente, ordenando ao imperador que se retirasse do Brasil. Importante analisar não só o evento que pôs fim ao regime político-monárquico, mas, sobretudo, o contexto político e econômico de administração do sistema colonial, que deu origem ao golpe e aos seus desdobramentos posteriores.

Disponível em: <https://mst.org.br/2020/11/18/proclamacaoda-republica-brasileira-um-golpe-sobre-o-golpe/>. Acesso em: 3 abr. 2022.

Entre os fatores que influenciaram o evento abordado no texto, destaca(m)-se:

- incidentes que levaram a um choque entre Igreja Católica, Exército e Monarquia brasileira.
 - queda da exportação do café e rápida ascensão do industrialismo no Brasil durante o século XIX.
 - promulgação de uma nova Constituição, que retirou o poder Moderador de D. Pedro II, e adoção da monarquia parlamentarista através de um plebiscito.
 - derrota da Tríplice Aliança na Guerra da Cisplatina, que gerou grande ônus para os cofres públicos, e falta de apoio político da classe média nas eleições parlamentares.
 - defesa ideológica do escravismo por parte da Família Real, além da decadência do Movimento Positivista do Brasil que defendia a manutenção da Monarquia.
- 5. Unesp 2018** O Rio de Janeiro dos primeiros anos da República era a maior cidade do país, com mais de 500 mil habitantes. Capital política e administrativa, estava em condições de ser também, pelo menos em tese, o melhor terreno para o desenvolvimento da cidadania. Desde a independência e, particularmente, desde o início do Segundo Reinado, quando se deu a consolidação do governo central e da economia cafeeira na província adjacente, a cidade passou a ser o centro da vida política nacional. O comportamento político de sua população tinha reflexos imediatos no resto do país. A Proclamação da República é a melhor demonstração dessa afirmação.

José Murilo de Carvalho. *Os bestializados*, 1987.

A Proclamação da República, em 1889,

- expressou a interferência norte-americana e reduziu a influência britânica nos assuntos internos do país.
- teve forte participação dos sindicatos operários da capital e ampliou os direitos de cidadania no Brasil.
- representou o fim da hegemonia das elites cafeeiras e açucareiras na condução da política brasileira.
- foi rejeitada e combatida militarmente pelos principais clérigos católicos no Brasil e no exterior.
- resultou da ação de um setor das forças armadas e contou com o apoio de grupos políticos da capital.

6. Fatec-SP 2017 Observe a imagem.



A charge faz referência ao cenário político brasileiro do fim do Segundo Reinado. O movimento republicano ganhara fôlego a partir da década de 1870 e a pressão sobre D. Pedro II se intensificou na década seguinte.

Sobre o contexto político que culminou na Proclamação da República no Brasil, é correto afirmar que

- a) a República foi proclamada por representantes das classes populares, insatisfeitas com as condições de vida oferecidas pelo Império.
- b) a abolição da escravidão aumentou a popularidade da monarquia, que tornou-se mais forte, adiando por meio século o projeto republicano.
- c) a Princesa Isabel, opositora do Imperador e defensora da igualdade jurídica entre brancos e negros, foi uma das principais partidárias da República.
- d) os comandantes das Forças Armadas, prestigiados após a vitória na Guerra do Paraguai, defenderam a monarquia em troca de melhores postos e salários.
- e) o movimento republicano se transformou em uma força política decisiva quando a monarquia perdeu o apoio dos cafeicultores, da Igreja Católica e dos militares.

Guia de estudos

História • Livro 2 • Frente 1 • Capítulo 7

- I. Leia as páginas de **88 a 91**.
- II. Faça os exercícios **9 e 10** da seção "Revisando".
- III. Faça os exercícios propostos de **31 a 40**.
- IV. Faça os exercícios complementares de **30 a 32, 34, 36 e de 38 a 40**.

FRENTE 2

AULAS 19 E 20

A Reforma Protestante e o Império Habsburgo no século XVI

1. Contexto

- Político: fortalecimento das Coroas europeias.
- Cultural: humanismo renascentista.
- Religioso: crise moral da Igreja católica; venda de indulgências.

2. Reforma luterana

- Local: Sacro Império Romano-Germânico.
- Martinho Lutero (1483-1546).
- Teologia: salvação pela fé, que independe de intermediários; sacerdócio universal; traduções e livre exame da Bíblia.

3. Anabatistas (Alemanha, século XVI)

- Alguns anabatistas eram pacíficos e buscavam formar comunidades de santos eleitos. Outros, por meio da violência, visavam destruir aqueles que consideravam impuros.

4. Reforma anglicana

- Local: Inglaterra.
- Henrique VIII (1491-1547).
- Motivos: anulação do casamento, posse das riquezas da Igreja católica; centralização; diminuição do poder dos Habsburgos.
- Ato de Supremacia (1534): grupo adquiriu terras da Igreja e entrou na pequena nobreza (*gentry*).
- Ato de Traições (1534): punição com pena de morte para quem não reconhecesse a autoridade religiosa do rei.
- Após o reinado da rainha Elizabeth I, os aspectos externos do catolicismo foram mantidos (hierarquia episcopal e liturgia) e integrados à teologia calvinista.

5. Reforma calvinista

- Local: Suíça. Nesse período, era uma coalizão de repúblicas e cidades confederadas, como Zurique e Genebra.
- João Calvino (1509-1564).
- Teologia: predestinação absoluta, particular e dupla.
- Práticas ascéticas: disciplina e autocontrole do corpo e do espírito.

6. Contrarreforma

- Iniciador: papa Paulo III.
- Concílio de Trento (1545-1563): reafirmação da doutrina católica; moralização da Igreja; combate ao protestantismo.

Exercícios de sala

1. **FICSAE-SP 2018** No dia 31 de Outubro de 1517, o monge e doutor em teologia Martinho Lutero publicou em Wittemberg as suas 95 teses sobre questões a serem debatidas com outros teólogos católicos. Entre as posições defendidas, e que acabaram por levar ao rompimento de Lutero com a Igreja Católica, estavam
- a) a afirmação de que todo cristão batizado poderia ser o seu próprio sacerdote, o questionamento do dogma da infalibilidade papal e o princípio da salvação pela fé.
 - b) o reconhecimento apenas do batismo, da eucaristia, do casamento e da extrema unção como sacramentos cristãos válidos.
 - c) a reafirmação do culto aos santos locais e da Virgem, e a validação do casamento de qualquer membro da Igreja.
 - d) o uso da Inquisição e do Index como instrumentos de combate aos desvios doutrinários e o reconhecimento da infalibilidade papal na orientação teológica da cristandade.

2. **UFRGS 2017** Em setembro de 1555, foi assinada a chamada “Paz de Augsburg”, tratado que deu um fim momentâneo às guerras de religião entre católicos e protestantes no Sacro Império Romano Germânico. Assinale a alternativa que contém uma das principais cláusulas desse tratado.
- A expulsão completa de luteranos e calvinistas de todos os territórios do Sacro Império Romano Germânico.
 - A imposição do absolutismo ao Império por Carlos V, imperador calvinista hostil ao catolicismo.
 - A divisão do Império em territórios católicos e luteranos, a partir do princípio *cuius regio, eius religio*.
 - A incorporação formal dos territórios católicos do Sacro Império Romano Germânico ao Império Espanhol.
 - A proibição total da profissão de fé católica em todos os Estados do Sacro Império Romano Germânico.

3. **Uece 2017** Leia atentamente o trecho a seguir:

Antes de chegar à ilha, o rei Utopos tinha conhecimento de que seus habitantes lutavam continuamente entre si por questões religiosas. De fato, concluiu que seria fácil conquistar a ilha porque as diferentes seitas estavam demasiadamente ocupadas, lutando umas contra outras, para se oporem às suas forças. Portanto, tão logo conquistou a vitória, decretou que cada um era livre para professar a religião de sua própria escolha, podendo fazer proselitismo por sua fé, desde que fosse de forma racional, discreta e moderada, sem agredir outras crenças.

MORE, Thomas. *Utopia*. trad. Anah de Melo Franco. Brasília: Editora da Universidade de Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2004, p. 115.

Publicado em 1516, o clássico *Utopia*, do inglês Thomas More ou Thomas Morus, reflete a visão do autor sobre várias questões de sua época. Quanto às questões religiosas, tratadas no excerto acima, o livro é bastante significativo de sua época, porque

- Na Europa, apenas uma Igreja existiu no século XVI, a Igreja Católica Romana, portanto essa postura hipotética seria ideal apenas para lugares com várias correntes religiosas.
 - Na Inglaterra, a criação de uma igreja nacional — o anglicanismo — provocou profundos choques e perseguições aos cristãos católicos e calvinistas pela nova igreja fundada pelo rei Henrique VIII.
 - Estabeleceu um modelo de comportamento que foi plenamente aceito na Europa quando surgiram as igrejas protestantes, o que impediu, posteriormente, os conflitos entre as crenças cristãs.
 - Definiu uma forma de interação entre diferentes religiões, apaziguando os conflitos entre cristãos, judeus e muçulmanos no oriente médio até os dias atuais.
4. **UnB-DF 2017** Em 2017, completam-se 500 anos desde que o alemão Martinho Lutero (1483-1546) desencadeou uma revolução religiosa. A jornalista Miriam Leitão, filha de um pastor presbiteriano, escreveu: “Como em toda revolução, o ato inicial da Reforma Protestante foi feito sem que o padre e professor Martinho Lutero tivesse a noção da dimensão das transformações das quais aquele momento seria o marco inaugural. Ele queria o debate. E, por isso, afixou suas 95 teses na porta da Igreja de Wittenberg, em um texto em que convidava quem não pudesse estar presente a apresentar suas ideias por escrito. Suas teses eram curtas, mas profundas. Como a de número 76: ‘As indulgências papais não podem anular sequer o menor dos pecados veniais’. Foi o começo do fim de uma era”.

O Globo, 19/1/2017, p. 13 (com adaptações).

A Reforma Protestante ocorreu em um contexto em que vários acontecimentos refletiam as transformações pelas quais passava a Europa na transição do medievo para a Idade Moderna. Esses fatos históricos incluem

- A Renascença cultural, que, assentada no humanismo, se afastou da temática religiosa, algo particularmente visível na pintura.
 - as Grandes Navegações, que desvelaram a Era dos Descobrimentos, anunciando nova etapa do processo de mundialização da economia.
 - o surgimento de Estados Nacionais, que centralizou o poder político nas monarquias constitucionais.
 - o Mercantilismo, política econômica praticada uniformemente pelos Estados europeus e que defendia o livre comércio e o fim de monopólios.
5. **CUSC-SP 2020** Cresce entre muitos o erro perniciosíssimo de que o valor da Escritura decorre da vontade da Igreja, como se dependesse do arbítrio humano a eterna e inviolável verdade de Deus, pois, com grande desprezo pelo Espírito Santo, perguntam: quem nos fará crer que provém de Deus? Como nos certificamos de que chegou salva e intacta aos nossos dias? Quem pode nos persuadir de que este livro deve ser recebido com reverência e outro expurgado? Exceto que, acerca disso, a regra seja prescrita pela Igreja?

CALVINO, J. *A instituição da religião cristã*. Trad.: Editora Unesp, São Paulo: 2007, tomo I, p. 71.

O texto acima refere-se

- à perspectiva reformista de salvação humana pelo conjunto das obras e pelo conhecimento da Bíblia.
- à afirmação do papel da Igreja como orientador do conhecimento divino e como base para a salvação.
- ao livre arbítrio como guia para o conhecimento de Deus e como validação dos escritos sagrados.
- à valorização da verdade inserida nas Sagradas Escrituras e à crítica à intermediação da Igreja.
- ao culto aos santos e ao Espírito Santo como caminho para a compreensão dos desígnios de Deus.

6. UEM-PR 2020 Contrarreforma ou Reforma Católica foi um processo de reorganização da Igreja cristã no século XVI, diante do contexto de crise institucional motivado, dentre outros aspectos, pela Reforma Protestante.

Sobre as ações da Contrarreforma ou Reforma Católica, assinale o que for **correto**.

- 01** A Companhia de Jesus, criada por Ignácio de Loyola, foi concebida para enfrentar os desdobramentos da Reforma na Europa e disseminar a doutrina católica em todas as partes do mundo.
- 02** A Igreja católica instituiu o Index, lista de autores e de livros proibidos que constituíam uma ameaça à fé. Tratava-se de livros de filosofia, de literatura, de tratados de teologia que, conforme a instituição, não poderiam ser lidos.
- 04** O Concílio de Trento confirmou e definiu os dogmas e os rituais católicos, dentre os quais estavam os sete sacramentos, os cultos à Virgem Maria e aos santos, todos criticados pelos reformistas.
- 08** A reorganização do Tribunal da Inquisição deixou de ser um processo interno da Igreja e passou a investigar somente os religiosos, para se associar aos reinos católicos e investigar qualquer membro da corte suspeito de heresia.
- 16** Ao final do Concílio de Trento, o papa João XXIII iniciou os processos de beatificação e canonização do rei Henrique VIII, pela sua luta em defesa da Igreja católica na Inglaterra.

Soma:

Guia de estudos

História • Livro 2 • Frente 2 • Capítulo 6

- I.** Leia as páginas de **118 a 122**.
- II.** Faça os exercícios de **1 a 4** da seção “Revisando”.
- III.** Faça os exercícios propostos de **1 a 10**.
- IV.** Faça os exercícios complementares de **1 a 6**.

As monarquias modernas (“O absolutismo”)

1. Introdução

- A desintegração do Império Romano representou o fim da estrutura estatal centralizada; do sistema monetário e amplo sistema tributário; da burocracia; do exército unificado; da legislação homogênea do Direito romano e do mercado unificado.
- O aparato político-institucional romano deu lugar, na Idade Média, ao direito consuetudinário.
- Crise nos séculos XIV e XV.
- Os reis efetuaram a gradual centralização legislativa, tributária e burocrática. Simultaneamente à Reforma e ao Renascimento, essa centralização se completaria após a Revolução Francesa.

2. Advento do Estado absolutista

- A centralização dos exércitos ajudou a conter as revoltas camponesas da crise do século XIV, e, assim, a hegemonia da nobreza foi mantida. Para manter esse exército, foi necessária a relativa centralização tributária.
- As monarquias se ergueram, sobretudo, após vitórias em guerras no contexto da crise do século XIV, como a Guerra das Duas Rosas, a Guerra dos Cem Anos e a Guerra Civil de Castela.
- Outras vitórias, em guerras de religião no contexto da Reforma e Contrarreforma, também foram significativas, como a ascensão ao poder da dinastia Bourbon, na França.

! Atenção

Já se fala em “nação”, mas não se deve falar em “nacionalismo” na Idade Moderna. Por que não há nacionalismo no Estado absolutista?

[...] as concepções ideológicas de “nacionalismo” eram estranhas à natureza mais íntima do absolutismo. Os Estados monárquicos da nova era não desdenhavam a mobilização dos sentimentos patrióticos em seus súditos, nos conflitos políticos e militares que opunham reciprocamente os vários reinos da Europa ocidental. [...]. A instância última de legitimidade era a *dinastia*, não o território. O Estado era concebido como o patrimônio do monarca [...]

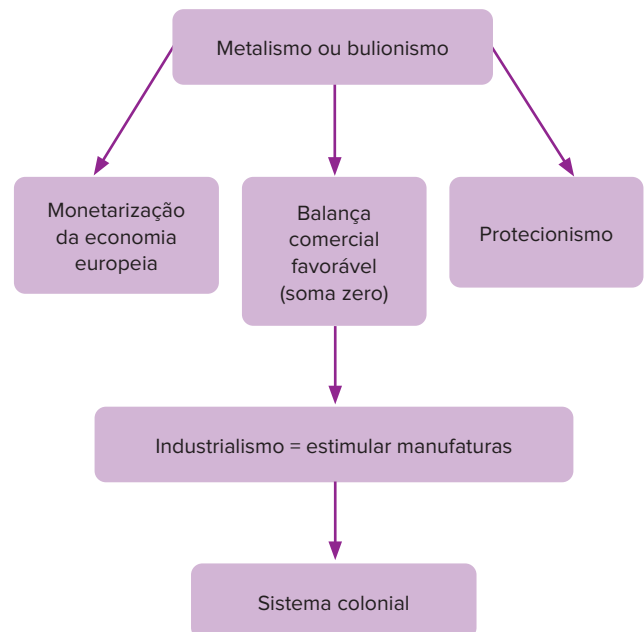
ANDERSON, Perry. *Linhas do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 38.

3. Características do Estado absolutista

- Uso do Direito romano.
 - Direito civil: direito absoluto e incondicional de propriedade (decadência da suserania e vassalagem).
 - Direito público: homogeneização institucional dos territórios (decadência da soberania parcelada).
 - *Legibus solutus*: tornava os reis isentos de quaisquer restrições legais (fortalecimento do rei).
- Ritualização do poder.
- Direito divino (Jacques Bossuet e Robert Filmer).
- Jean Bodin: concepções de que a soberania não pode ser partilhada.
- Burocracia permanente, exército profissional permanente (composto por mercenários).
- Unificação do sistema tributário.
- Esforços para unificação da língua.
- Nascimento da diplomacia.
- Controle sobre a religião: criação da Igreja anglicana, na Inglaterra, ou imposição da religião católica, por Luís XIV, na França.
- Sociedade estamental.

4. Características do mercantilismo

- Conjunto de práticas dos Estados absolutistas.



- Intervencionismo estatal e unificação dos mercados nacionais.
- Transição do feudalismo para o capitalismo.
 - Modo de produção manufatureiro ou capitalismo comercial.

5. Pensadores políticos modernos

A. Nicolau Maquiavel (1469-1527)

- *O príncipe*:
 - Ética cristã (adequada para salvar a alma) × ética política (adequada para salvar o Estado).
 - Na ética política são éticos todos os atos úteis à comunidade, mesmo que rompam com a moralidade cristã.

B. Thomas Hobbes (1588-1679)

- *Leviatã*:
 - Estado de natureza.
 - Autopreservação.
 - Contrato social.
 - Abdicar do próprio poder de decisão política.
 - Estado: retira a liberdade política, mas garante liberdades, como a segurança e a busca pela riqueza.

Exercícios de sala

1. **FGV-SP 2014** O paradoxo aparente do absolutismo na Europa ocidental era que ele representava fundamentalmente um aparelho de proteção da propriedade dos privilégios aristocráticos, embora, ao mesmo tempo, os meios pelos quais tal proteção era concedida pudessem assegurar simultaneamente os interesses básicos das classes mercantis e manufatureiras nascentes. Essencialmente, o absolutismo era apenas isto: um aparelho de dominação feudal recolocado e reforçado, destinado a sujeitar as massas camponesas à sua posição tradicional. Nunca foi um árbitro entre a aristocracia e a burguesia, e menos ainda um instrumento da burguesia nascente contra a aristocracia: ele era a nova carapaça política de uma nobreza atemorizada.

Perry Anderson, *Linhagens do Estado absolutista*. p. 18 e 39. Adaptado.

Segundo Perry Anderson, o Estado absolutista

- a) Não tinha força política para submeter os trabalhadores do campo e a aristocracia com a cobrança de pesados impostos e, simultaneamente, oferecer participação política e vantagens econômicas para o crescimento da burguesia comercial e manufatureira.
 - b) Nunca se submeteu aos interesses da burguesia mercantil e manufatureira em detrimento da aristocracia, mas, ao contrário, tornou-se um escudo de proteção dos camponeses contra o domínio feudal exercido por meio de pesados impostos.
 - c) Garantiu, sob a sua proteção, o domínio econômico e político da aristocracia sobre os camponeses e, para sobreviver economicamente, atendeu aos interesses de expansão do mercado da burguesia mercantil e manufatureira, mas a afastou do poder político.
 - d) Reservou a propriedade feudal e os interesses dos camponeses, mas, para que isso se efetivasse, submeteu-se à pressão da burguesia mercantil e manufatureira ao aproximá-la do poder político, oferecendo cargos públicos a essa classe.
 - e) Não protegeu a aristocracia nem os camponeses que, para sobreviverem, estabeleceram alianças pontuais com a burguesia comercial em ascensão econômica e com crescente participação política, com o intuito de obter acesso à terra.
2. **Unicamp-SP 2018** Na formação das monarquias confessionais da Época Moderna houve reforço das identidades territoriais, em função de critérios de caráter religioso ou confessional. Simultaneamente, houve uma progressiva incorporação da Igreja ao corpo do Estado, através de medidas de caráter patrimonial e jurisdicional que procuravam uma maior sujeição das estruturas e agentes eclesiásticos ao poder do príncipe. Na busca pela homogeneização da fé dentro de um território político, a Igreja cumpria também papel fundamental na formação do Estado moderno por meio de seus mecanismos de disciplinamento social dos comportamentos.

Adaptado de Frederico Palomo, *A Contra-Reforma em Portugal, 1540-1700*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006, p. 52.

Considerando o texto acima e seus conhecimentos sobre a Europa Moderna, assinale a alternativa correta.

- a) Cada monarquia confessional adotou uma identidade religiosa e medidas repressivas em relação às dissidências religiosas que poderiam ameaçar tal unidade.

- b) Monarquias confessionais são aquelas unidades políticas nas quais havia a convivência pacífica de duas ou mais confissões religiosas, num mesmo território.
- c) São consideradas monarquias confessionais os territórios protestantes que se mostravam mais propícios ao desenvolvimento do capitalismo comercial, tornando-se, assim, nações enriquecidas.
- d) As monarquias confessionais contavam com a instituição do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição em seu território, uma forma de controle cultural sobre religiões politeístas.

3. Unesp 2017 Deveis saber, portanto, que existem duas formas de se combater: uma, pelas leis, outra, pela força. A primeira é própria do homem; a segunda, dos animais. Como, porém, muitas vezes a primeira não seja suficiente, é preciso recorrer à segunda. Ao príncipe torna-se necessário, porém, saber empregar convenientemente o animal e o homem. [...] Nas ações de todos os homens, máxime dos príncipes, onde não há tribunal para que recorrer, o que importa é o êxito bom ou mau. Procure, pois, um príncipe, vencer e conservar o Estado.

Nicolau Maquiavel. *O príncipe*, 1983.

O texto, escrito por volta de 1513, em pleno período do Renascimento italiano, orienta o governante a

- a) Defender a fé e honrar os valores morais e sagrados.
 - b) Valorizar e priorizar as ações armadas em detrimento do respeito às leis.
 - c) Basear suas decisões na razão e nos princípios éticos.
 - d) Comportar-se e tomar suas decisões conforme a circunstância política.
 - e) Agir de forma a sempre proteger e beneficiar os governados.
- 4. UFU-MG 2016** A tranquilidade dos súditos só se encontra na obediência. [...] Sempre é menos ruim para o público suportar do que controlar incluso o mau governo dos reis, do qual Deus é único juiz. Aquilo que os reis parecem fazer contra a lei comum funda-se, geralmente, na razão de Estado, que é a primeira das leis, por consentimento de todo mundo, mas que é, no entanto, a mais desconhecida e a mais obscura para todos aqueles que não governam.

LUÍS XIV, Rei da França. *Memórias*. (Versão espanhola de Aurelio Garzón del Camino). México: Fondo de Cultura Económica, 1989. p. 28-37 (Adaptado).

As palavras do rei Luís XIV exemplificam um complexo e longo processo sociopolítico, identificado com o que comumente chamamos de Idade Moderna e que podia ser caracterizado

- a) Por um crescente deslocamento do poder político da burguesia, que passou a ver a ascensão da nobreza feudal, cada vez mais próxima do poder e ocupando importantes cargos políticos.
- b) Pela centralização administrativa sobre os particularismos locais e pela crescente unificação territorial, ainda que os senhores de terra não perdessem inteiramente seus privilégios.
- c) Pelo fortalecimento do poder político da Igreja Católica, resultado de um processo de crescente mercantilização de suas terras e de sua conseqüente adequação ao mercado.
- d) Pelo processo de cercamento dos campos, com o conseqüente fortalecimento da nobreza feudal, a qual, com os altos impostos que pagava, contribuiu decisivamente para o fortalecimento do poder real.

5. Unesp 2022 Observe a imagem, que é uma parte da gravura “Luís XIV como imperador romano”, de Charles Perrault, 1670.



Apud: Peter Burke. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*, 2009.

A imagem associa a França do século XVII à Roma Antiga,

- a) recorrendo à figuração típica como símbolo de poder, conquista e grandiosidade.
- b) ironizando a insistência do monarca em se apresentar como continuador da tradição clássica.
- c) identificando o rei à coragem, à força e à ousadia dos gladiadores romanos.
- d) satirizando a preocupação do rei com a própria imagem e com a propaganda de seu governo.
- e) equiparando a extensão das áreas ocupadas pela França aos domínios imperiais romanos.

6. UEG-GO 2019 Leia o texto a seguir.

Nasce daí o debate: se é melhor ser amado que temido ou o inverso. Dizem que o ideal seria viver-se em ambas as condições, mas, visto que é difícil acordá-las entre si, muito mais seguro é fazer-se temido que amado, quando se tem de renunciar a uma das duas.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2008. p. 80.

A famosa citação de *O Príncipe* explica a estratégia de funcionamento das monarquias absolutistas, nas quais o rei

- a) Vale-se da prática de suplícios e execuções públicas, como enforcamento e decapitações, para reforçar o temor de seus súditos.
- b) Promove a transformação dos servos em soldados por meio de recrutamento compulsório e treinamento militar rigoroso e cruel.
- c) Rompe com a Igreja, uma vez que o exercício do poder não pode ser conciliado com a doutrina de amor universal dos evangelhos.
- d) Estimula a perseguição de heréticos, tornando-se a partir da permissão do Papa, o chefe honorário do Tribunal da Santa Inquisição.
- e) Permite a livre manifestação da opinião dos intelectuais para difundir uma imagem pública ambígua que perpassa pelo temor e o amor.

Guia de estudos

História • Livro 2 • Frente 2 • Capítulo 6

- I. Leia as páginas de **122 a 125**.
- II. Faça os exercícios de **5 a 7 e 9** da seção “Revisando”.
- III. Faça os exercícios propostos de **11 a 13**, de **15 a 17** e de **19 a 21**.
- IV. Faça os exercícios complementares de **14 a 18, 21 e 22**.

A monarquia francesa, a crise do século XVII, a Guerra dos Trinta Anos e a Paz de Vestfália

1. O absolutismo francês

A. Origens

- Dinastias: Carolíngia, Capetíngia, Valois e Bourbon.
- Origem: Tratado de Verdun (843).
- Dinastia Carolíngia (843-987) e Dinastia Capetíngia (987-1328): feudalismo clássico.
- Guerra dos Cem Anos (1337-1453): vitória francesa, criação de exército centralizado, sustentado por imposto cobrado em toda a França.
- Revoltas camponesas (*Jacqueries*).

B. Dinastia Valois (1328-1589)

- Governo central fraco: as aristocracias controlavam fortemente as diversas regiões da França.
- Guerras de religião: Huguenotes (Bourbon) × católicos (Guise e Montmorency).
- Édito de Nantes (1598): relativa tolerância religiosa.

C. Dinastia Bourbon (1589-1792)

- Henrique IV (1589-1610): venda de cargos para a alta burguesia, estabelecendo a nobreza togada.
- Luís XIII (1610-1643): intervenção na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), Paz de Vestfália.
- Luís XIV (1643-1715), o Rei Sol: aumento do exército; construção de Versalhes (pacificação da nobreza); revogação do Édito de Nantes; Colbertismo e medidas protecionistas e de incentivo à manufatura.
- Luís XV (1715-1774): derrota para Inglaterra na Guerra dos Sete Anos (1756-1763); oposição da nobreza; crise financeira.
- Luís XVI (1774-1792): apoio às treze colônias na Guerra de Independência (1776-1781); agravamento da situação financeira; início da Revolução Francesa.

Exercícios de sala

- 1. ESPM-SP 2014** A França no século XVI viveu mergulhada em uma instabilidade que envolvia aspectos políticos e religiosos, como foi exemplo o infame massacre da Noite de São Bartolomeu, em 1572. Com a intenção de pacificar o país, o rei Henrique IV promulgou o Édito de Nantes pelo qual:
- foi concedida liberdade de culto aos protestantes, bem como o direito de conservar algumas praças de guerra para sua defesa;
 - o rei renunciou ao protestantismo e se fez batizar católico;
 - revogou a liberdade de culto permitida aos franceses e impôs o catolicismo;
 - o rei obteve o direito de nomear bispos e cardeais o que permitiu que a dinastia Bourbon pudesse exercer influência sobre a Igreja Católica;
 - foi criada a Igreja Anglicana, separada da Igreja Católica Romana, subordinada ao poder do rei.

2. Uerj 2019



A tela acima, “*O massacre de São Bartolomeu*”, retrata uma página sangrenta da história da França: o massacre de protestantes na cidade de Paris, iniciado em 24 de agosto de 1572, dia de São Bartolomeu.

Trata-se de uma das raras imagens existentes do episódio e representa um verdadeiro catálogo de crueldade em tempos de guerra civil.

A tela tem a assinatura do pintor François Dubois, protestante refugiado em Genebra depois desses acontecimentos. O surgimento de outras religiões cristãs nas sociedades europeias, no decorrer do século XVI, gerou muitos conflitos associados à luta pelo reconhecimento de direitos de culto por parte dos que vieram a ser designados como protestantes. O massacre de São Bartolomeu foi um episódio marcante entre esses conflitos.

Considerando esse episódio, apresente uma característica dos conflitos religiosos na França naquele período. Indique, também, uma das implicações desses conflitos para a conjuntura política europeia da época.

- 3. UFJF-MG 2021** O filósofo francês do século XVI Etienne La Boétie é autor de um discurso que se coloca como um manifesto à liberdade, questionando as causas da dominação de muitos por poucos e quais as razões que levavam os povos a se submeterem à vontade de um tirano. Em *Discurso da Servidão Voluntária*, afirma que:

Se os habitantes de um país encontraram algum grande personagem que lhes tenha dado provas de grande providência para protegê-los, grande audácia para defendê-los, grande cuidado para governá-los, se doravante cativam-se em obedecê-los e se fiam tanto nisso a ponto de lhe dar algumas vantagens, não sei se seria sábio tirá-lo de onde fazia o bem para colocá-lo num lugar onde poderá malfazer; mas certamente não poderia deixar de haver bondade em não temer o mal de quem só se recebeu o bem.

LA BOÉTIE, Etienne. *Discurso da Servidão Voluntária*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 12.

A partir da teoria desenvolvida pelo filósofo e dos seus conhecimentos, marque a opção CORRETA sobre o poder único e autoritário existente na França no século XVI:

- a) No contexto da monarquia absolutista as rebeliões eram ações autorizadas pelo rei, cuja autoridade emanava da vontade e dos anseios populares.
- b) A organização política do Antigo Regime foi caracterizada em torno da monarquia absolutista, em que o poder não era alcançado somente pela força, pois parte da sociedade era fiel e obedecia ao rei.
- c) A monarquia absolutista era convergente com o pensamento protestante que funcionava de recurso básico para o fortalecimento do poder real e que possuía apoio dos servos e dos escravos.
- d) Em torno de uma prática democrática havia uma liberdade na organização econômica do Antigo Regime que era estruturada a partir do mercantilismo que pregava a ausência do estado no controle do sistema econômico.
- e) Mediante a servidão voluntária, o texto apresenta as bases da monarquia parlamentar e constitucional, aspectos jurídicos fundamentais para o fortalecimento do poder real a partir do apoio servil.

Guia de estudos

História • Livro 2 • Frente 2 • Capítulo 6

- I. Leia as páginas de **125 a 127**.
- II. Faça o exercício **8** da seção “Revisando”.
- III. Faça os exercícios propostos **14, 22, 24 e 25**.
- IV. Faça os exercícios complementares de **11 a 13 e 19**.

A Monarquia Tudor e a Revolução Inglesa

1. O absolutismo inglês

A. Origens

- Em 1066, os normandos, liderados por Guilherme, O Conquistador, derrotaram os anglo-saxões na batalha de Hastings e conquistaram a Inglaterra.
- Guilherme distribuiu cinco mil feudos aos seus vassallos, que deveriam jurar fidelidade ao senhor feudal e ao rei, sem a pulverização do poder. O feudalismo inglês também é chamado de **feudalismo centralizado**.
- Dinastia Angevina ou Plantageneta (1154-1399).
 - João Sem Terra (1199-1216): Magna Carta (1215) criou o Grande Conselho, formado por membros do clero e da nobreza, embrião do Parlamento, limitando o poder do rei.
- Guerra dos Cem Anos (1137-1453): derrota dos ingleses; enquanto os franceses criaram um exército nacional, a guerra do lado inglês foi travada por companhias contratadas.
- Guerra das Duas Rosas (1455-1485): consequência da derrota na Guerra dos Cem Anos; terminou quando o último herdeiro vivo dos Lancaster, Henrique (casa Tudor), casou-se com Isabel de York, ganhando o título de Henrique VII (1485-1509).

B. Dinastia Tudor (1509-1603)

- Henrique VIII (1509-1547).
 - Reforma anglicana.
 - Favorecimento da *gentry*, pequena nobreza em ascensão.
- Eduardo VI (1547-1553).
 - Manutenção da Igreja anglicana.
 - Aproximação com o calvinismo.
- Maria I (1553-1558).
 - Imposição do catolicismo e perseguição a protestantes.
- Elizabeth I (1558-1603).
 - Restauração do anglicanismo.
 - Retorno dos puritanos (calvinistas).
 - Grande produção intelectual (Francis Bacon e William Shakespeare).
 - Crescimento da Câmara dos Comuns.
 - Morreu sem deixar herdeiros, fim de sua dinastia.

C. Dinastia Stuart (1603-1640)

- Jaime I (1603-1625).
 - Criação de impostos e monopólios.
 - Oposição puritana.
- Carlos I (1625-1640).
 - Confronto com o Parlamento.
 - Aproximações com o catolicismo geram desconfiança na população.

D. Revolução Puritana

- Oliver Cromwell: calvinista.
- Durante a Revolução, emergiram grupos puritanos, como os *levellers* e os *diggers*.
- 1649: o rei Carlos I foi decapitado.
- República na Inglaterra (1649-1660).
 - Autoritarismo de Cromwell.
 - Repressão a *levellers* e *diggers*.
 - Caminho aberto para a Revolução Industrial.
 - Atos de Navegação.
 - Repressão na Irlanda e Escócia, com distribuição de terras irlandesas para os protestantes ingleses.

E. Restauração da monarquia e Revolução Gloriosa

- Carlos II (1660-1685): expectativas frustradas de retorno à estabilidade; suspeitas de papismo e aproximação com a França de Luís XIV.
- Jaime II (1665-1688): abertamente católico; manteve medidas de Carlos II.
- Revolução Gloriosa: o Parlamento, mesmo dividido em *whigs* (liberais) e *tories* (conservadores), uniu-se contra a permanência de Jaime II no trono.
- O Parlamento ofereceu a Coroa ao príncipe holandês Guilherme de Orange e a Maria Stuart, filha de Jaime II, convidando-os a serem comonarcas e reclamar o trono. Jaime II foge.
- O Parlamento obrigou Guilherme III e Maria II a aceitarem o *Bill of Rights* (Declaração de Direitos). Ficaram estabelecidas as bases da monarquia constitucional.
- União oficial entre Escócia e Inglaterra (1707), nascendo o Reino Unido.

Exercícios de sala

1. **Fuvest-SP 2014** As chamadas “revoluções inglesas”, transcorridas entre 1640 e 1688, tiveram como resultados imediatos
- a proclamação dos Direitos do Homem e do Cidadão e o fim dos monopólios comerciais.
 - o surgimento da monarquia absoluta e as guerras contra a França napoleônica.
 - o reconhecimento do catolicismo como religião oficial e o fortalecimento da ingerência papal nas questões locais.
 - o fim do anglicanismo e o início das demarcações das terras comuns.
 - o fortalecimento do Parlamento e o aumento, no governo, da influência dos grupos ligados às atividades comerciais.

2. **Enem** Que é ilegal a faculdade que se atribui à autoridade real para suspender as leis ou seu cumprimento. Que é ilegal toda cobrança de impostos para a Coroa sem o concurso do Parlamento, sob pretexto de prerrogativa, ou em época e modo diferentes dos designados por ele próprio. Que é indispensável convocar com frequência os Parلامentos para satisfazer os agravos, assim como para corrigir, afirmar e conservar leis.

Declaração de Direitos. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br>. Acesso em: 20 dez. 2011. (adaptado).

No documento de 1689, identifica-se uma particularidade da Inglaterra diante dos demais Estados europeus na Época Moderna. A peculiaridade inglesa e o regime político que predominavam na Europa continental estão indicados, respectivamente, em:

- Redução da influência do papa – Teocracia.
 - Limitação do poder do soberano – Absolutismo.
 - Ampliação da dominação da nobreza – República.
 - Expansão da força do presidente – Parlamentarismo.
 - Restrição da competência do congresso – Presidencialismo.
3. **Unicamp-SP 2020** A política europeia é abalada pela Revolução de Cromwell na Inglaterra e pela Restauração Portuguesa. Nesse contexto de mudança política do século XVII, os embaixadores passaram a ser escolhidos dentro dos quadros mais distintos da nobreza, privilegiando-se aqueles sujeitos que possuíam formação acadêmica e conhecimento das leis.

Adaptado de Thiago Groh de Mello Cesar, *A política externa de D. João IV e o Padre Antonio Vieira: as negociações com os Países Baixos*. Dissertação de Mestrado, UFF, 2011, p. 1-2.

A partir da leitura do texto e de seus conhecimentos, responda às questões.

- a) Explique duas consequências da Revolução Puritana para o contexto monárquico europeu do período.

- b) Cite duas funções dos embaixadores europeus na relação entre as monarquias europeias nos séculos XVII e XVIII.

Guia de estudos

História • Livro 2 • Frente 2 • Capítulo 6

- Leia as páginas de **127 a 130**.
- Faça o exercício **10** da seção “Revisando”.
- Faça os exercícios propostos de **27 a 30**.
- Faça os exercícios complementares de **26 a 30**.

A Revolução Industrial e o capitalismo na Época Moderna

1. Formas de produção

- Artesanato: os meios de produção estão nas mãos dos produtores, que realizam todas as etapas da produção. Trabalho realizado em âmbito doméstico.
- Manufatura: há divisão do trabalho, mas o trabalhador ainda é dono dos meios de produção. Trabalho realizado em âmbito doméstico. Corporações de ofício garantiam os monopólios.
- Indústria ou maquinofatura: o trabalhador está separado dos meios de produção, ou seja, não possui a terra, as máquinas, as ferramentas, sendo obrigado a vender sua força de trabalho para um burguês. A produção ocorre em ambiente separado da casa, há uso de grande contingente de trabalhadores, divisão do trabalho e presença de máquinas substituindo a força humana.

2. Por que a Revolução Industrial principiou na Inglaterra?

- Causas políticas: a Revolução Inglesa foi responsável por abolir monopólios e barreiras que limitavam a produção, estimulando a livre concorrência. O mercado interno inglês era unificado.
- Causas econômicas: domínio inglês do comércio internacional devido a vitórias contra Espanha, Holanda (Guerra Anglo-Holandesa) e França (Guerra dos Sete Anos), mercado interno unificado e alta renda *per capita* do inglês. Concentração das riquezas adquiridas das colônias.
- Outras causas: abundância de ferro e carvão; difusão da ideologia puritana.

País pioneiro	Inglaterra
Principal setor	têxtil
Fontes de energia	carvão mineral, vapor
Inovações tecnológicas	tear mecânico, máquinas a vapor, novos meios de transporte

3. Consequências da Revolução Industrial

- Inglaterra gradativamente afirmou-se como potência hegemônica.
- Sociedade altamente urbanizada.
- Divisão social entre burguesia, detentora dos meios de produção, e proletariado, que possuía apenas sua força de trabalho.
- Nascimento da disciplina do trabalho e secularização da ideologia puritana.
- Condições de trabalho: fábricas frias, escuras e empoeiradas; jornada de trabalho de 16 horas; ausência de férias ou descanso nos sábados; sem legislação trabalhista; trabalho infantil e feminino em condições precárias.

4. Formação da classe operária

Movimentos jacobinistas (1790): influenciados por Thomas Paine, que propunha voto universal, imposto progressivo sobre fortunas, salário mínimo, auxílio para que os pais carentes pudessem colocar seus filhos na escola, auxílio-maternidade e seguro-desemprego.

- **Ludismo** (os “quebradores de máquinas”) e **cartismo** (busca por reformas eleitorais contra as limitadas reformas de 1832, as quais deram à burguesia acesso ao Parlamento).
- Formação das *trade unions* (sindicatos), responsáveis por conquistar uma legislação trabalhista, o salário mínimo, as férias e o fim de semana remunerados, a limitação do trabalho infantil, o direito de greve e a jornada de trabalho de 8 horas.



Gravura de 1835 que mostra teares mecânicos. A indústria têxtil foi líder na Revolução Industrial e as fábricas mecanizadas, movidas por uma roda de água central ou máquina a vapor, foram o novo local de trabalho.

Exercícios de sala

1. UFSC 2016

As fábricas inglesas e os usos e significados do relógio

Era exatamente naquelas atividades – fábricas têxteis e oficinas – em que se impunha rigorosamente a nova disciplina do tempo que a disputa sobre o tempo se tornava mais intensa. No princípio, os piores mestres tentavam expropriar os trabalhadores e todo conhecimento sobre o tempo. “Eu trabalhava na fábrica do sr. Braid”, declarou uma testemunha: “Ali trabalhávamos enquanto ainda podíamos enxergar no verão, e não saberia dizer a que horas parávamos de trabalhar. Ninguém, a não ser o mestre e o filho do mestre, tinha relógio, e nunca sabíamos que horas eram. Havia um homem que tinha relógio [...] Foi-lhe tirado e entregue à custódia do mestre, porque ele informava aos homens a hora do dia [...]”.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 293.

Sobre as relações de trabalho e seus movimentos de resistência ao longo da história, é CORRETO afirmar que:

- 01 como reflexo das alterações nas relações de trabalho decorrentes da Revolução Industrial, originaram-se movimentos de resistência como o Ludismo, reconhecido pela destruição das máquinas como forma de protesto contra as relações de trabalho.
- 02 a publicação da Carta de Obrigações em 1830, resultante do movimento conhecido como Cartismo, foi uma reação vitoriosa da burguesia industrial britânica contra os movimentos operários que lutavam por melhores condições de trabalho.
- 04 no contexto da Revolução Industrial, os industriais recorriam ao trabalho feminino e à exploração da mão de obra infantil como opção para não aumentar os custos da produção.
- 08 nas últimas décadas, o aumento da participação da mulher na força de trabalho em todo o mundo, somado às lutas feministas, acabou garantindo a paridade salarial com os homens.
- 16 em 1848, os alemães Karl Marx e Friedrich Engels lançaram o Manifesto Liberal, obra em que sintetizavam a visão de que a luta de classes era o motor da história e defendiam a organização da burguesia industrial para redefinir a estrutura social e econômica existente.
- 32 apesar da abolição da escravidão no Brasil em 1888, diversas denúncias de condições de trabalho análogas à da escravidão continuam sendo registradas no país.

Soma:

2. FICSAE-SP 2020 Observe a tabela com as cinco principais causas de morte registradas em Sheffield (Inglaterra), entre 1837 e 1842.

Doença	Número de mortes
Tuberculose	1.604
Convulsões	919
Inflamação dos pulmões	874
Definhamento físico	800
Acidentes	618

(Edward P. Thompson. *A formação da classe operária inglesa*, vol. 2, 1987.)

O total de mortes atestadas nesse local e nesse período foi de 11.944. É possível afirmar que parte importante dessas mortes associa-se

- a) Às frequentes epidemias de doenças de origem viral nos bairros operários ingleses.
- b) Às doenças disseminadas pelo forte ingresso de imigrantes na Europa do século XVIII.
- c) À precariedade alimentar e habitacional nas zonas rurais europeias no século XIX.
- d) Às condições de pobreza e superpopulação nas áreas de concentração industrial.
- e) À inadaptação dos operários ao estilo de vida das áreas rurais da Inglaterra.

3. Enem 2019 Dificilmente passa-se uma noite sem que algum sitiante tenha seu celeiro ou sua pilha de cereais destruídos pelo fogo. Vários trabalhadores não diretamente envolvidos nos ataques pareciam apoiá-los, como se vê neste depoimento ao *The Times*: “deixa queimar, pena que não foi a casa”; “podemos nos aquecer agora”; “nós só queríamos algumas batatas; há um fogo ótimo para cozinhá-las”.

HOBSBAWM, E.; RUDÉ, G. *Capitão Swing*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982 (adaptado).

A revolta descrita no texto, ocorrida na Inglaterra no século XIX, foi uma reação ao seguinte processo socioespacial:

- a) Restrição da propriedade privada.
- b) Expropriação das terras comunais.
- c) Imposição da estatização fundiária.
- d) Redução da produção monocultora.
- e) Proibição das atividades artesanais.

4. **Fuvest-SP 2019** Sob qualquer aspecto, este [a Revolução Industrial] foi provavelmente o mais importante acontecimento na história do mundo, pelo menos desde a invenção da agricultura e das cidades. E foi iniciado pela Grã-Bretanha. É evidente que isto não foi acidental.

Eric Hobsbawm, *A Era das Revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 2005. 19ª edição, p. 52.

A Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra nos decênios finais do século XVIII,

- a) Deveu-se ao pioneirismo científico e tecnológico dos britânicos, aliado a uma grande oferta de mão de obra especializada e a uma política estatal pacifista e voltada para o comércio.
- b) Originou-se das profundas transformações agrárias expressas pela concentração fundiária, perda da posse da terra pelo campesinato e formação de uma mão de obra assalariada.
- c) Vinculou-se à derrocada da aristocracia e à ascensão da burguesia, orientada pela política mercantilista e sintetizada na filosofia de Adam Smith.
- d) Resultou da supressão de leis protecionistas de inspiração mercantilista e do combate ao tráfico negreiro, com vistas à conquista de mercados externos consumidores.
- e) Decorreu da ampla difusão de um ideário Ilustrado, o qual teria promovido aquilo que o sociólogo alemão Max Weber descreve como o “espírito do capitalismo”.

5. **Unesp 2019** Um homem transporta o fio metálico, outro endireita-o, um terceiro corta-o, um quarto aguça a extremidade, um quinto prepara a extremidade superior para receber a cabeça; para fazer a cabeça são precisas duas ou três operações distintas; colocá-la constitui também uma tarefa específica, branquear o alfinete, outra; colocar os alfinetes sobre o papel da embalagem é também uma tarefa independente. [...] Tive ocasião de ver uma pequena fábrica deste tipo, em que só estavam empregados dez homens, e onde alguns deles, conseqüentemente, realizavam duas ou três operações diferentes. Mas, apesar de serem muito pobres, e possuindo apenas a maquinaria estritamente necessária, [...] conseguiam produzir mais de quarenta e oito mil alfinetes por dia. Se dividirmos esse trabalho pelo número de trabalhadores, poderemos considerar que cada um deles produz quatro mil e oitocentos alfinetes por dia; mas se trabalhassem separadamente uns dos outros, e sem terem sido educados para este ramo particular de produção, não conseguiriam produzir vinte alfinetes, nem talvez mesmo um único alfinete por dia.

Adam Smith. *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, 1984.

O texto, originalmente publicado em 1776, demonstra

- a) O avanço tecnológico representado pelo surgimento da fábrica na Inglaterra, relacionando a riqueza com o aprimoramento científico e o trabalho simultâneo de milhares de operários.
- b) O crescimento do mercado consumidor e a maior velocidade na distribuição das mercadorias inglesas, destacando o vínculo entre riqueza e uma boa relação entre oferta e procura.
- c) A força crescente dos sindicatos e das federações de trabalhadores na Inglaterra, enfatizando o princípio marxista de que apenas o trabalho permite a geração de riqueza.
- d) A produtividade do artesanato e o conhecimento da totalidade do processo produtivo pelos trabalhadores ingleses, relacionando a noção de riqueza ao acúmulo de metais nobres.
- e) A disciplina no trabalho e o parcelamento de tarefas presentes nas manufaturas e fábricas inglesas, associando o crescimento da riqueza à produtividade do trabalho.

6. **FCMSCSP 2021** O surgimento das fábricas, na Inglaterra do final do século XVIII, promoveu, entre outras mudanças,
- a) o aumento significativo da capacidade produtiva e a primazia da distribuição no mercado interno.
 - b) a consolidação do parcelamento das tarefas e a concentração dos trabalhadores num mesmo espaço.
 - c) o fim do sistema de artesanato e a maior qualificação do operariado industrial.
 - d) o nascimento das organizações sindicais e a imediata criação de leis de regramento e ordenação do trabalho.
 - e) a introdução de máquinas movidas a energia elétrica e a valorização do trabalho assalariado.

Guia de estudos

História • Livro 2 • Frente 2 • Capítulo 7

- I. Leia as páginas de **150 a 152**.
- II. Faça os exercícios de **1 a 5** da seção “Revisando”.
- III. Faça os exercícios propostos de **1 a 8**.
- IV. Faça os exercícios complementares de **1 a 7**.

O Iluminismo: da crise da consciência europeia ao Iluminismo radical

1. Precursores do Iluminismo

- No **Renascimento** (séculos XIV-XVI), predominou uma visão cíclica de história, que seria substituída pela ideia de progresso dos iluministas: enquanto uns visavam resgatar o mundo greco-romano, outros buscaram erigir um mundo novo.
- Para os **racionalistas**, as verdades essenciais não estão nos sentidos, mas nas abstrações e nas nossas consciências, onde habitam as ideias inatas.
 - Descartes (1596-1650), Pascal (1623-1662) e Spinoza (1632-1677).
- O **empirismo** representa uma tradição filosófica com a crença de que todo conhecimento resultaria de percepções sensíveis, desenvolvendo-se a partir desses dados. O empirismo vê a experiência como guia e critério de validade na construção das teorias e conhecimentos científicos.
 - Bacon (1561-1626), Locke (1632-1704) e Newton (1643-1727).
- **Locke**
 - *Segundo tratado sobre o governo civil*.
 - Direitos naturais.
 - O estado de natureza é de perfeita liberdade, sem qualquer forma de subordinação ou sujeição, sendo todos os seres humanos iguais em poder.
 - A propriedade privada é um direito natural, inalienável.
- Passagem para a sociedade: um pacto para a mútua conservação da vida, da liberdade e dos bens, criando o governo.
- Estado de sociedade: a sociedade política (monarquia, democracia ou oligarquia) nasce quando os indivíduos renunciam ao seu poder natural de justiça, passando-o às mãos do governo, conservando a si próprio, sua liberdade e sua propriedade. O governo não restringe liberdades individuais, mas as preserva.
- Direito de resistência: todo governo que não atuar nesse sentido pode ser derrubado pelos indivíduos. O governo surge do povo.

2. Características do pensamento iluminista

- Razão e progresso contra o dogma: valorização da razão humana.
- Igualdade jurídica contra os privilégios: supressão de privilégios de nascimento.
 - Poucos iluministas buscavam alguma forma de igualdade social – a maioria preconizava a igualdade política.
- Constituição e divisão de poderes contra o absolutismo: defesa de uma monarquia constitucional moderada.
 - Poucos iluministas foram democratas.
 - Montesquieu: formulou a distinção entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- Engajamento contra submissão: desenvolveram um forte sentido de “nós” contra “eles”, ou seja, eram “homens de espírito contra os fanáticos”, “homens honestos contra privilégios exclusivos”, “criaturas de luz contra as trevas”. Diziam formar uma “cidade iluminada europeia”, cosmopolita, com a pretensão de edificar um saber enciclopédico.
 - Diderot e D’Alembert organizaram a *Enciclopédia*, o grande projeto das luzes.
- Tolerância religiosa: busca por uma liberdade de crença e consciência.
 - O inimigo da razão não é a dúvida, mas o dogma.

3. Jean-Jacques Rousseau (1712-1778)

- Importantes críticas ao excesso de desigualdade e reflexões sobre o problema da democracia.

Exercícios de sala

1. **Enem 2017** Fala-se muito nos dias de hoje em direitos do homem. Pois bem: foi no século XVIII – em 1789, precisamente – que uma Assembleia Constituinte produziu e proclamou em Paris a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Essa Declaração se impôs como necessária para um grupo de revolucionários, por ter sido preparada por uma mudança no plano das ideias e das mentalidades: o iluminismo.

FORTES, L. R. S. *O Iluminismo e os reis filósofos*. São Paulo: Brasiliense, 1981 (adaptado).

Correlacionando temporalidades históricas, o texto apresenta uma concepção de pensamento que tem como uma de suas bases a

- a) Modernização da educação escolar.
 - b) Atualização da disciplina moral cristã.
 - c) Divulgação de costumes aristocráticos.
 - d) Socialização do conhecimento científico.
 - e) Universalização do princípio da igualdade civil.
2. **Uerj 2019** Tudo que está escrito nas Sagradas Escrituras é verdade? De fato, cada uma das religiões diz: “Minha fé é a certa, e aqueles que creem em outra fé creem na falsidade e são inimigos de Deus”. Assim como minha fé me parece verdadeira, outro considera verdadeira sua própria fé; mas a verdade é uma só. Marido e mulher estão em pé de igualdade no casamento. Não podemos sair e comprar um homem como se fosse um animal. Todos os homens são iguais na presença de Deus; e todos são inteligentes, pois são suas criaturas; ele não destinou um povo à vida, outro à morte, um à misericórdia e outro ao julgamento. Nossa razão nos ensina que esse tipo de discriminação não pode existir.

Adaptado de HERBJORNSRUD, Dag. “Os africanos que propuseram ideias iluministas antes de Locke e Kant”. *Folha de S.Paulo*, 24/12/2017.

As proposições acima foram escritas por Zera Yacob (1599-1692), pensador etíope que desenvolveu suas ideias antes de europeus associados ao Iluminismo.

Identifique dois ideais das proposições do pensador africano presentes, também, no pensamento iluminista.

Em seguida, ainda com base nas citações, apresente um aspecto que diferencia Yacob da maior parte dos pensadores iluministas europeus.

3. **Fuvest-SP 2018** Tanto no desenvolvimento político como no científico, o sentimento de funcionamento defeituoso, que pode levar à crise, é um pré-requisito para a revolução.

T. S. Kuhn. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

Analise as quatro afirmações seguintes, acerca das revoluções políticas e científicas da Época Moderna.

- I. A concepção heliocêntrica de Nicolau Copérnico, sustentada na obra *Das revoluções das esferas celestes*, de 1543, reforçava a doutrina católica contra os postulados protestantes.
- II. A Lei da Gravitação Universal, proposta por Isaac Newton no século XVII, reforçava as radicais perspectivas ateístas que haviam pautado as ações dos grupos revolucionários na Inglaterra à época da Revolução Puritana.
- III. Às experiências com eletricidade realizadas por Benjamin Franklin no século XVIII somou-se sua atuação no processo de emancipação política dos Estados Unidos da América.
- IV. Os estudos sobre o oxigênio e sobre a conservação da matéria, feitos por Antoine Lavoisier ao final do século XVIII, estavam em consonância com a racionalização do conhecimento, característica da Ilustração.

Estão corretas apenas as afirmações

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) I, III e IV.
- d) I e II.
- e) III e IV.

4. **UFU-MG 2019** A apaixonada crença no progresso que professava o típico pensador iluminista refletia os aumentos visíveis no conhecimento e na técnica, na riqueza, no bem-estar e na civilização que podia ver em toda a sua volta e que, com certa justiça, atribuía ao avanço de suas ideias. No começo do século, as bruxas ainda eram queimadas; no final, os governos do Iluminismo, como o austríaco, já tinham abolido não só a tortura judicial, mas também a servidão.

HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 38.

Considerando-se o Movimento Iluminista, são características desse movimento, **EXCETO**,

- a) críticas ao mercantilismo e às instituições centralizadoras do absolutismo.
 - b) críticas ao monopólio comercial, pois esse inviabilizaria o mercado autorregulado.
 - c) críticas ao questionamento, à investigação e à experiência como forma de conhecimento da natureza.
 - d) crença nos direitos naturais (à vida, à liberdade e à propriedade privada).
5. **Famerp-SP 2017** No livro *Investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações*, publicado em 1776, Adam Smith argumentou que um agente econômico, procurando o lucro, movido pelo seu próprio interesse, acaba favorecendo a sociedade como um todo. Esse ponto de vista é um dos fundamentos
- a) do liberalismo, que dispensou a regulamentação da economia pelo Estado.
 - b) do utilitarismo, que defendeu a produção especializada de objetos de consumo.
 - c) do corporativismo, que propôs a organização da sociedade em grupos econômicos.
 - d) do socialismo, que expôs a contradição entre produção e apropriação de riqueza.
 - e) do mercantilismo, que elaborou princípios de protecionismo econômico.
6. **Unesp 2015** O pensamento iluminista, baseado no racionalismo, individualismo e liberdade absoluta do homem, ao criticar todos os fundamentos em que se assentava o Antigo Regime, revelava as suas contradições e as tornava transparentes aos olhos de um número cada vez maior de pessoas.

Modesto Florenzano. *As revoluções burguesas*, 1982. Adaptado.

Entre as críticas ao Antigo Regime, mencionadas no texto, podemos citar a rejeição iluminista do

- a) princípio da igualdade jurídica.
- b) livre comércio.
- c) liberalismo econômico.
- d) republicanismo.
- e) absolutismo monárquico.

Guia de estudos

História • Livro 2 • Frente 2 • Capítulo 7

- I. Leia as páginas de **153 a 159**.
- II. Faça os exercícios de **6 a 10** da seção “Revisando”.
- III. Faça os exercícios propostos de **11 a 16** e de **18 a 20**.
- IV. Faça os exercícios complementares de **11 a 17**.

As Revoluções Atlânticas: contexto geral, as Treze Colônias e a Revolução Norte-Americana

1. As diferenças entre norte e sul

A. Norte

- Clima: temperado, semelhante ao europeu.
- Policultura, voltada ao mercado interno.
- Produção familiar em pequenas propriedades. O trabalho era majoritariamente livre, com o uso de poucos escravizados.
- Comércio triangular:
 - compra de cana e melado das Antilhas, que seriam transformados em rum.
 - a bebida obtinha fáceis mercados na África, onde era levada por navios da Nova Inglaterra e trocada por escravizados.
 - escravizados eram vendidos nas fazendas das Antilhas ou nas colônias do sul.

B. Sul

- Clima e solo propícios para a colonização.
- Agricultura de grandes propriedades, voltada à monocultura e ao mercado externo (*plantation*).
- Trabalho escravizado africano, com a redução gradual da servidão branca.

2. A crise na relação entre as Treze Colônias e a Inglaterra

A. Motivos da maior opressão inglesa

- Com o fim da Revolução Gloriosa, houve a pacificação interna.
- A Revolução Industrial aumentou a demanda por mercados consumidores e matérias-primas como o algodão.
- Após a Guerra dos Sete Anos, a presença francesa ficou definitivamente afastada da região.

B. Formas de opressão metropolitana

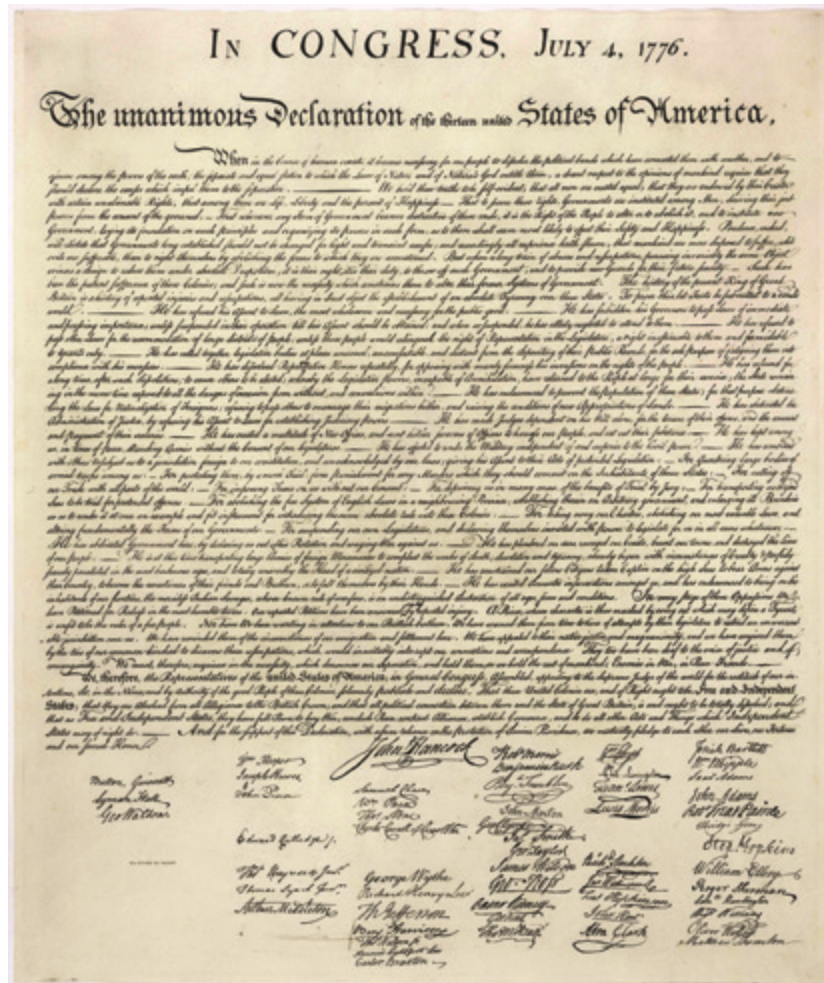
- O rei Jorge III, em 1763, limitou a expansão a oeste dos Apalaches para evitar a intensificação dos atritos com indígenas.
- Lei do Chá (1773) e Leis Intoleráveis (1774).
- Direito à resistência de John Locke; as ideias dos republicanos ingleses se difundiram na América do Norte.

3. A Revolução Norte-Americana

- **Primeiro Congresso Continental:** representantes das colônias pediram ao rei Jorge III para acabar com as medidas e prometeram lealdade à Coroa. O rei negou.
- **Segundo Congresso Continental:** as colônias estavam “em rebeldia”.
 - Aprovada a Declaração de Independência.
- Apoio francês e espanhol à Guerra de Independência.
- Tratado de Paris (1783)
 - Inglaterra reconheceu a independência dos Estados Unidos e devolveu parte das Antilhas e o Senegal à França e a Flórida, à Espanha.
- Em 1787, foi aprovada a Constituição dos Estados Unidos.
- **Federalismo:** finalidade de manter a união entre as Treze Colônias.
- As diferenças entre norte e sul tornaram-se mais agudas após a independência; grande parte dos estados norte-americanos permanecia escravista.

Exercícios de sala

1. Uerj 2019



Fac-simile da Declaração Unânime de Independência dos Treze Estados Unidos da América, 4 de julho de 1776.

commons.wikimedia.org

Por que os direitos devem ser apresentados numa declaração? Por que os países e os cidadãos sentem a necessidade dessa afirmação formal? Em 1776, as palavras “carta”, “petição” pareciam inadequadas para a tarefa de garantir os direitos. “Petição” implicava um pedido ou apelo a um poder superior, e “carta” significava frequentemente um antigo documento ou escritura. “Declaração” tinha um ar menos submisso. Jefferson, portanto, começou a Declaração de Independência com a seguinte explicação da necessidade de declará-la: “Quando, no curso dos acontecimentos humanos, torna-se necessário que um povo dissolva os laços políticos que o ligam a outro e assuma entre as potências da terra a posição separada e igual a que lhe dão direito as Leis da Natureza e do Deus da Natureza, um respeito decente pelas opiniões da humanidade requer que ele declare as causas que o impellem à separação.”

Adaptado de HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

A Declaração Unânime de Independência dos Treze Estados Unidos da América representou, à época, uma mudança quanto ao entendimento dos direitos dos habitantes das colônias.

A partir do texto, apresente um aspecto que caracteriza essa mudança.

Identifique, também, dois movimentos políticos, ocorridos no mundo ocidental, associados às repercussões internacionais dessa declaração.

2. **UFU-MG 2019** De acordo com Bernard Baylin, em seu livro *As Origens Ideológicas da Revolução Americana*, depois da promulgação da Lei do Selo, os colonos americanos começaram a pensar que havia uma conspiração inglesa para cercear as liberdades na América do Norte. E essa crença transformou o sentido da luta dos colonos e acelerou o movimento de oposição, que posteriormente acabou levando à independência e à criação dos Estados Unidos da América.

Em relação à Lei do Selo, é correto afirmar que

- a) essa lei foi aprovada pelo Parlamento Inglês em 1765, estabelecendo que todos os documentos em circulação na colônia americana deveriam receber selos provenientes de toda a Europa e, somente com esses, sua circulação estaria legalizada.
 - b) essa lei durou vários anos, mas, devido às ações dos representantes dos colonos americanos no parlamento inglês, tal taxa foi cancelada sob forte protesto de parlamentares representantes dos interesses comerciais da metrópole.
 - c) o rei inglês justificava essa lei, argumentando que o tesouro inglês havia se esgotado com a Guerra dos Sete Anos, e que também era dever dos colonos pagar as dívidas, contraídas também a favor dos interesses deles.
 - d) essa lei taxava também artigos de consumo, como o chá, o vidro, o papel e outros. Por causar a elevação de preços desses artigos, a Lei do Selo provocou inúmeros confrontos, considerado um dos fatores que conduziu ao processo de independência dos Estados Unidos da América.
3. **Mackenzie-SP 2019** O processo de emancipação política dos EUA esteve relacionado ao avanço do capitalismo na Inglaterra, à expansão dos princípios liberais, à rivalidade anglo-francesa e ao próprio desenvolvimento das Treze Colônias. Portanto, a aceleração do processo de ruptura entre a metrópole inglesa e suas colônias americanas deveu-se
- a) às tentativas de expansão francesa na América do Norte e ao apoio recebido por parte dos colonos residentes na região e das tribos indígenas, simpatizantes dos franceses.
 - b) ao natural desenvolvimento de um processo, próprio das colônias de povoamento, que sempre pautaram sua existência em uma enorme autonomia perante a metrópole inglesa.
 - c) às tentativas inglesas de aprofundar os laços de dominação colonial e à reação dos colonos americanos diante das medidas fiscais e administrativas que anulavam sua relativa autonomia.
 - d) ao desenvolvimento das práticas liberais dentro da economia metropolitana e à divulgação de princípios que combatiam o monopólio colonial, assim como a permanência da escravidão.
 - e) à tentativa inglesa de abolir a utilização da mão de obra escrava em suas colônias americanas e também de bloquear o contato comercial dos seus colonos nas Antilhas.

4. **Fuvest-SP 2019** É difícil acreditar que a Revolução Francesa teria sido muito diferente, mesmo que a Revolução Americana nunca tivesse acontecido. É fácil mostrar que os americanos não tentaram uma semelhante ruptura substancial com o passado, como fizeram os franceses. No entanto, (...) as duas revoluções foram muito parecidas.

Robert R. Palmer, *The Age of The Democratic Revolution: The Challenge*, Princeton, Princeton University Press, vol. I, 1959, p. 267.

Com base no texto e em seus conhecimentos acerca da Revolução Francesa e do revolucionário processo de independência dos Estados Unidos, assinale a afirmação correta.

- a) A revolução norte-americana repercutiu pouco nos movimentos liberais da Europa e, mesmo na França da época da Ilustração, seu impacto foi mais de ordem econômica do que política.
 - b) O processo de independência dos Estados Unidos foi marcado pela ausência de divisões internas entre os colonos e pela exclusão das camadas populares da sociedade no processo político.
 - c) O processo de independência dos Estados Unidos foi consumado pela redação de uma Constituição, cuja elaboração ficou a cargo de notáveis, que representavam os interesses das classes proprietárias.
 - d) A guerra da independência norte-americana caracterizou-se pela ausência de radicalismo político e social, o que se deveu à menor penetração dos ideais Ilustrados nos últimos anos do período colonial.
 - e) A revolução norte-americana repercutiu não só na Ilustração europeia e na Revolução Francesa, como demonstrou de modo teórico e prático a viabilidade de um grande Estado republicano e democrático.
5. **Unesp 2016** Todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, entre os quais figuram a vida, a liberdade e a busca da felicidade. Para assegurar esses direitos, entre os homens se instituem governos, que derivam seus justos poderes do consentimento dos governados. Sempre que uma forma de governo se dispõe a destruir essas finalidades, cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la, e instituir um novo governo, assentando seu fundamento sobre tais princípios e organizando seus poderes de tal forma que a ele pareça ter maior probabilidade de alcançar-lhe a segurança e a felicidade.

Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776). In: Harold Syrett (org.). *Documentos históricos dos Estados Unidos*, 1988.

O documento expõe o vínculo da luta pela independência das treze colônias com os princípios

- a) liberais, que defendem a necessidade de impor regras rígidas de protecionismo fiscal.
- b) mercantilistas, que determinam os interesses de expansão do comércio externo.
- c) iluministas, que enfatizam os direitos de cidadania e de rebelião contra governos tirânicos.
- d) luteranos, que obrigam as mulheres e os homens a lutar pela própria salvação.
- e) católicos, que justificam a ação humana apenas em função da vontade e do direito divinos.

6. UFJF-MG 2015 Leia atentamente um trecho da Declaração de Independência dos Estados Unidos, de 1776.

Quando, no curso dos acontecimentos humanos, se torna necessário a um povo dissolver os laços políticos que o ligavam a outro, e assumir, entre os poderes da Terra, posição igual e separada, a que lhe dão direito as leis da natureza e as do Deus da natureza, o respeito digno para com as opiniões dos homens exige que se declarem as causas que os levam a essa separação. Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade. Que a fim de assegurar esses direitos, governos são instituídos entre os homens, derivando seus justos poderes do consentimento dos governados; que, sempre que qualquer forma de governo se torne destrutiva de tais fins, cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la e instituir novo governo, baseando-o em tais princípios e organizando-lhe os poderes pela forma que lhe pareça mais conveniente para realizar-lhe a segurança e a felicidade. [...] Mas quando uma longa série de abusos e usurpações, perseguindo invariavelmente o mesmo objeto, indica o desígnio de reduzi-los ao despotismo absoluto, assistem-lhes o direito, bem como o dever, de abolir tais governos e instituir novos Guardiães para sua futura segurança. Tal tem sido o sofrimento paciente destas colônias e tal agora a necessidade que as força a alterar os sistemas anteriores de governo. A história do atual Rei da Grã-Bretanha compõe-se de repetidas injúrias e usurpações, tendo todos por objetivo direto o estabelecimento da tirania absoluta sobre estes Estados.

Fonte: Disponível em: <http://www.arqnet.pt/portal/teoria/declaracao_vport.html>. Acesso em: 28 ago. 2014.

- a) Segundo os autores da declaração, quais as justificativas para a ruptura com a metrópole?

- b) Relacione a Declaração a um ideário político do período.

Guia de estudos

História • Livro 2 • Frente 2 • Capítulo 8

- I. Leia as páginas de **174 a 177**.
- II. Faça os exercícios **1 e 2** da seção “Revisando”.
- III. Faça os exercícios propostos de **1 a 10 e 27**.
- IV. Faça os exercícios complementares de **1 a 7**.

As Revoluções Atlânticas: Haiti e Caribe

1. A Revolução Haitiana

- Primeiro Estado nacional oriundo de uma insurreição de escravizados no mundo.
- Segunda proclamação de independência na América.
- Boicote internacional no pós-revolução.

A. Revolução

- 1793-1794: abolição da escravidão.
- 1802: acordos e governo de Toussaint.
- 1802-1804: retorno da escravidão, guerra com Napoleão e independência.
- Lideranças importantes: Toussaint de Louverture e Jean-Jacques Dessalines.
- Conflitos, tensões e alianças entre negros e mulatos (*mulâtres*) da ilha.
- 1825: Tratado imposto pela França, com consequências brutais para o futuro do país.

Exercícios de sala

- 1. UFRGS 2018** Considere as afirmações abaixo, sobre a história do Haiti no século XIX.
 - I. A revolução da independência teve início como uma grande rebelião de escravos e logo se transformou em uma luta mais ampla pela abolição da escravatura e contra a dominação colonial francesa.
 - II. O exército francês, enviado por Napoleão Bonaparte, em 1804, conseguiu restabelecer o domínio colonial da ilha, com o retorno da escravidão e com o encerramento do processo revolucionário local.
 - III. O Haiti, mesmo sendo uma das repúblicas mais antigas das Américas e tendo auxiliado nas lutas de independência de outros países americanos, foi excluído do primeiro encontro das nações americanas independentes, em 1826.Quais estão corretas?
 - a) Apenas I.
 - b) Apenas II.
 - c) Apenas III.
 - d) Apenas I e II.
 - e) I, II e III.
- 2. UEM-PR** Um fato marcante da política externa do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é a participação do exército brasileiro nas forças de paz enviadas ao Haiti pelas Nações Unidas. O objetivo do envio das tropas brasileiras é estabilizar a situação daquele país, cuja história está marcada pela pobreza, pela corrupção e por uma crônica instabilidade política (ditaduras, golpes de estado, guerras civis etc.). Assinale a alternativa correta a respeito da história do Haiti.
 - a) A República do Haiti foi colonizada pela Espanha e é atualmente povoada por uma população de origem predominantemente africana. Conquistou sua independência em 1895, quando os Estados Unidos promoveram uma guerra contra a Espanha para estender sua área de influência nas Antilhas.
 - b) Situado em uma ilha do litoral africano, o Haiti foi colonizado pelos franceses e funcionou como importante base operacional do tráfico de escravos para as colônias europeias da América. Conquistou sua independência em 1962, depois de uma longa guerra de libertação nacional.
 - c) Colonizado pela França, o Haiti era, até o final do século XVIII, uma das mais florescentes colônias europeias do Novo Mundo. Conquistou sua independência graças a uma rebelião dos escravos africanos contra seus senhores europeus entre o final do século XVIII e o início do século XIX.
 - d) A independência do Haiti foi concedida pela França em 1789, com base nos artigos 87 e 88 da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão. A independência do Haiti teve como causa imediata a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), promovida pela Inglaterra para enfraquecer o poder colonial da França na América.

3. Uerj 2018



Yan Dargent, xilogravura, 1860. Fonte: uol.com.br

Haiti é um farol elevado sobre as Antilhas, em direção ao qual os escravos e seus senhores, os oprimidos e os opressores, voltam seus olhares.

HENRI GRÉGOIRE, 1824

Citado por MOREL, M. O abade Grégoire, o Haiti e o Brasil: repercussões no raiar do século XIX. *Revista Almanack Braziliense*, nº 2, novembro/2005.

A Revolução Haitiana, iniciada em 1791, causadora da independência daquela região de colonização francesa, gerou repercussões que impactaram tanto as sociedades americanas quanto as europeias. A imagem e o texto exemplificam algumas impressões sobre esse movimento.

Indique um aspecto da Revolução Haitiana que a diferenciou dos outros processos de emancipação política de colônias americanas. Em seguida, identifique duas repercussões desse episódio para as sociedades americanas e europeias.

Guia de estudos

História • Livro 2 • Frente 2 • Capítulo 8

- I. Leia as páginas de **177 a 180**.
- II. Faça o exercício **3** da seção “Revisando”.
- III. Faça os exercícios propostos de **11 a 14**.
- IV. Faça os exercícios complementares **10, 11, 13 e 15**.

As Revoluções Atlânticas: as origens da Revolução Francesa

1. O Antigo Regime francês: a França pré-revolucionária

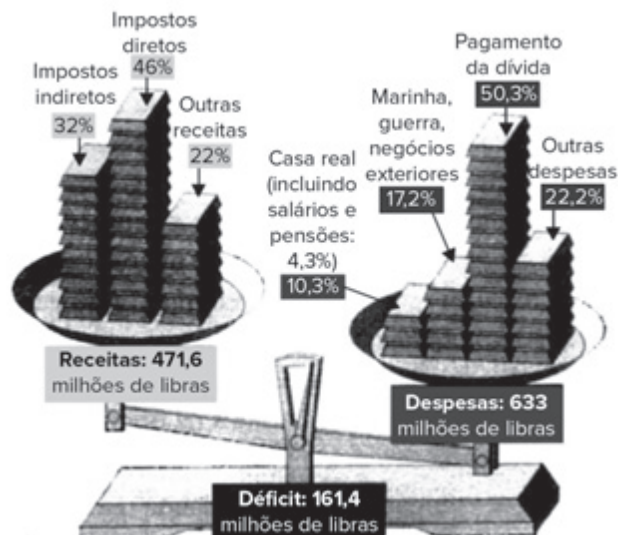
- Clero e nobreza
 - Primeiro e segundo estados.
 - Privilégios como isenção do trabalho manual e da maioria dos impostos, direito a leis e tribunais especiais e monopólio das funções políticas.
- Burguesia
 - Terceiro estado.
 - Alta burguesia: banqueiros e comerciantes, portadores de monopólios e contratos obtidos pelo Estado absolutista. Eram, em geral, contrários à revolução. Muitos queriam ascender à **nobreza togada**.
 - Baixa burguesia: advogados, médicos, professores e outros profissionais liberais. Principais líderes políticos da Revolução Francesa.

- Campesinato
 - Terceiro estado.
 - Composto pela maioria da população.
 - Pagava uma infinidade de impostos.
- *Sans-culottes*
- Motivos da crise: Estado despendia 50% do seu orçamento em dívidas e 25% em gastos militares; Guerra dos Sete Anos; Independência das Treze Colônias; inverno rigoroso e péssima colheita de 1788-1789.
- Luís XVI (1774-1792)
 - Propôs reformas. “Revolta aristocrática” contra a monarquia francesa: a aliança entre o rei e a nobreza, base do absolutismo, estava em ruínas.
- Revolução aristocrática (1787-1789): para se fortalecer, a nobreza exigia do rei a convocação da Assembleia dos Estados Gerais.

Exercícios de sala

1. Uema 2016

Situação Econômica da França na Década de 1780



BERNET, Anne. Sem nenhum tostão em caixa. In *História Viva*, 2004.

BERNET, Anne. Sem nenhum tostão em caixa. In *História Viva*, 2004.

A imagem se refere à situação das receitas e das despesas do Estado francês na década de 1780. Pode-se analisar pelos dados que

- a) a maior arrecadação do Estado era proveniente dos impostos diretos, pagos, em sua grande maioria, pelos representantes da Igreja Católica francesa, uma das mais poderosas da Europa.
- b) o elevado déficit público do Estado francês foi um elemento central para o contexto histórico de profunda crise econômica que favoreceu a eclosão da Revolução Francesa em 1789.
- c) a crise econômica relacionava-se diretamente às questões internas, já que, no cenário internacional, os negócios contribuíram de forma significativa para as receitas do Estado francês.
- d) os gastos com o pagamento da dívida representavam uma pequena parcela das despesas estatais, o que indicava a possibilidade de recuperação rápida da economia francesa.
- e) a opulência da nobreza francesa era a responsável pela fração mais elevada dos gastos do Estado, seu principal financiador.

2. Unicamp-SP 2014 À medida que as maneiras se refinam, tornam-se distintivas de uma superioridade: não é por acaso que o exemplo parece vir de cima e, logo, é retomado pelas camadas médias da sociedade, desejosas de ascender socialmente. É exibindo os gestos prestigiosos que os burgueses adquirem estatuto nobre. O ser de um homem se confunde com a sua aparência. Quem age como nobre é nobre.

(Adaptado de Renato Janine Ribeiro, *A Etiqueta no Antigo Regime*. São Paulo: Editora Moderna, 1998, p. 12.)

O texto faz referência à prática da etiqueta na França do século XVIII. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) A etiqueta era um elemento de distinção social na sociedade de corte e definia os lugares ocupados pelos grupos próximos ao rei.
- b) O jogo das aparências era uma forma de disfarçar os conluios políticos da aristocracia, composta por burgueses e nobres, e negar benefícios ao Terceiro Estado.
- c) Os *sans-culottes* imitavam as maneiras da nobreza, pois isso era uma forma de adquirir refinamento e tornar-se parte do poder econômico no estado absolutista.
- d) Durante o século XIX, a etiqueta deixou de ser um elemento distintivo de grupos sociais, pois houve a abolição da sociedade de privilégios.

3. Enem Algumas transformações que antecederam a Revolução Francesa podem ser exemplificadas pela mudança de significado da palavra “restaurante”. Desde o final da Idade Média, a palavra *restaurant* designava caldos ricos, com carne de aves e de boi, legumes, raízes e ervas. Em 1765 surgiu, em Paris, um local onde se vendiam esses caldos, usados para restaurar as forças dos trabalhadores. Nos anos que precederam a Revolução, em 1789, multiplicaram-se diversos *restaurateurs*, que serviam pratos requintados, descritos em páginas emolduradas e servidos não mais em mesas coletivas e malcuidadas, mas individuais e com toalhas limpas. Com a Revolução, cozinheiros da corte e da nobreza perderam seus patrões, refugiados no exterior ou guilhotinados, e abriram seus restaurantes por conta própria. Apenas em 1835, o Dicionário da Academia Francesa oficializou a utilização da palavra restaurante com o sentido atual.

A mudança do significado da palavra **restaurante** ilustra

- a) a ascensão das classes populares aos mesmos padrões de vida da burguesia e da nobreza.
- b) a apropriação e a transformação, pela burguesia, de hábitos populares e dos valores da nobreza.
- c) a incorporação e a transformação, pela nobreza, dos ideais e da visão de mundo da burguesia.
- d) a consolidação das práticas coletivas e dos ideais revolucionários, cujas origens remontam à Idade Média.
- e) a institucionalização, pela nobreza, de práticas coletivas e de uma visão de mundo igualitária.

Guia de estudos

História • Livro 2 • Frente 2 • Capítulo 8

- I. Leia as páginas **180** e **181**.
- II. Faça o exercício **4** da seção “Revisando”.
- III. Faça os exercícios propostos de **16** a **18**.
- IV. Faça o exercício complementar **17**.

As Revoluções Atlânticas: a Revolução Francesa e a Era Napoleônica

1. A Assembleia dos Estados Gerais

- Membros do terceiro estado exigiram que o voto fosse por cabeça e não por estado, e que os Estados Gerais fossem proclamados uma Assembleia Nacional.
- Frente à insubordinação, o rei declarou o fim da Assembleia.
- Para anular as decisões, o rei trancou o terceiro estado em um salão do palácio. Eles romperam com a Coroa e defenderam uma Constituição para a França.
- A Assembleia Nacional transformou-se em Assembleia Constituinte.
- Radicalização nas cidades: Paris nas mãos dos manifestantes, que saqueavam depósitos, armazéns etc.
- 14 de julho: os revoltosos tomaram a Bastilha, antiga prisão de políticos onde estavam guardadas as armas dos exércitos reais.
- Radicalização no campo: propriedades foram saqueadas e castelos incendiados.
- Pressionado, Luís XVI reconheceu formalmente a existência de uma Assembleia Nacional Constituinte. Nascia uma monarquia constitucional.

2. Primeira fase da revolução: Assembleia Constituinte e Monarquia Constitucional (1789-1792)

- 4 de agosto de 1789: sob pressão camponesa, a Assembleia declarou o **fim do feudalismo**.
- Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão.
- Constituição Civil do Clero (1790): eleição para padres e bispos e obrigação de juramento perante a nação, o rei e a lei.
- Medidas da Assembleia Constituinte: igualdade jurídica; fim da venda e da hereditariedade dos cargos públicos; liberdade de produção e circulação; crença religiosa livre.
- **Cidadãos políticos** ou **ativos**: direito de votar.
- **Cidadãos passivos**: gozavam da cidadania civil e outros direitos, mas não podiam votar.
- Primeira **Constituição** da Revolução Francesa (1791).
- A crise se intensificou. Aumento do preço do pão nas cidades.
- Luís XVI, num gesto desesperado, disfarçou-se de criado e tentou fugir para o exterior.
- Dilema: **Girondinos**, federalistas, desejavam a guerra. **Jacobinos**, avessos à guerra, defensores da pequena

propriedade privada, do fim da escravidão e da distribuição dos bens dos nobres emigrados.

- Girondinos venceram o debate. A Assembleia declarou guerra à Áustria.
- Efeitos da guerra: Áustria, Prússia, Holanda, Espanha e Inglaterra formaram a **Primeira Coligação** contra a França.
- Foi decretada então a formação de uma República, a Convenção.

3. Segunda fase da revolução: a Convenção (1792-1794)

- Morte do rei.
- Convenção: girondinos, jacobinos e outros grupos de esquerda (montanha) e planície.
- Como maioria, os girondinos governaram até junho de 1793. O desempenho deles foi um fracasso.
- Após assumirem o poder, em apenas um ano, os jacobinos fizeram o país se alinhar ao governo, a economia se estabilizar, e a França derrotar a Inglaterra, Espanha, Áustria, Prússia e Holanda.
- A escravidão foi abolida nas colônias francesas.
- Segunda Constituição da Revolução Francesa: sufrágio universal e o direito de insurreição. Foi suspensa.
- O terror, o congelamento dos salários, o poder centralizado e o confisco sistemático dos alimentos no campo minaram o apoio popular ao governo.
- Robespierre foi guillotinado.

4. Terceira fase da revolução: a República Termidoriana (1794-1795) e o Diretório (1795-1799)

- Fim do terror, volta do voto censitário, fim do tabelamento de preços (liberalismo econômico).
- Repressão dos movimentos (da elite e dos camponeses) pela volta da monarquia.
- Terceira Constituição da Revolução Francesa: retorno ao voto censitário, entregando o executivo a um colegiado de cinco diretores, de onde provém o termo **diretório**.
- Segunda Coligação contra a França.
- Golpe do 18 Brumário: Poderes a Napoleão.
- Deputados opositores a Bonaparte presos.
- Nasce o Consulado.

5. Era Napoleônica (1799-1815)

A. O Consulado (1799-1804)

- **Triunvirato de cônsules:** Napoleão Bonaparte é o primeiro-cônsul.
- Economia: fomento à indústria.
- Restauração da escravidão nas colônias.
- **Código Civil Napoleônico:** assegurou conquistas moderadas da Revolução. Liberdades individuais, direito à propriedade privada, igualdade perante a lei etc.
 - Após os conturbados anos de revolução, portanto, a paz parecia voltar ao lar dos franceses.
 - Nova Constituição (1802): Napoleão como **Cônsul Vitalício e Único**.

6. O Império Napoleônico (1804-1815)

- Títulos de condes, duques, barões e príncipes para parentes, bispos e altos funcionários.
- Centralização administrativa.
- Censura.
- Estradas, palácios e monumentos foram construídos. Em 1806, ordenou a construção do Arco do Triunfo.
- Grande exército.
- Vitórias napoleônicas em terra: conquista de cidades da Itália e região da atual Alemanha, de forma que o antigo Sacro Império Romano-Germânico foi transformado em Confederação do Reno.
- Vitórias inglesas no mar.
- **Bloqueio continental:** os países europeus estavam proibidos de comercializar com a Inglaterra e suas colônias; caso contrário, seriam invadidos pelas tropas napoleônicas.
- Na América, houve o fortalecimento dos movimentos pela independência latino-americana e a transferência do aparelho administrativo do Estado português ao Brasil.

7. A queda de Napoleão

- Espanha, 1811: derrota. Caía o mito da invencibilidade napoleônica.
- Derrota na Rússia.
- Exílio na ilha de Elba. Luís XVIII foi colocado no trono da França.
- 1815: Napoleão regressou à França.
 - Governo dos Cem Dias.
- Derrota na Batalha de Waterloo.
 - Exílio definitivo na ilha de Santa Helena.
 - Morte em 1821, aos 52 anos.
- Legado:
 - expansão dos princípios da Revolução Francesa;
 - instauração de constituições liberais e do Código Civil;
 - nos territórios napoleônicos, a servidão foi abolida, os privilégios da nobreza e do clero suprimidos, todos eram considerados iguais perante a lei.
- Processo de independência da América.

8. O Congresso de Viena (1814-1815)

- Princípio da Restauração.
- Princípio da Legitimidade.
- Princípio do Equilíbrio Europeu.
- Santa Aliança: suspiro final do Antigo Regime, última tentativa das decadentes aristocracias de se manterem no poder.

Exercícios de sala

1. Fatec-SP 2015 Leia o texto escrito por um contemporâneo à Revolução Francesa.

O poder executivo em cada país está nas mãos de uma pessoa chamada rei. Mas a constituição francesa distingue entre o rei e o soberano. Ela considera a posição de rei como oficial mas coloca a soberania na nação.

PAINÉ, Thomas. *Os Direitos do Homem; uma resposta ao ataque do Sr. Burke à Revolução Francesa*. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 75. Originalmente publicado em 1791-1792.

Refletindo sobre o texto, é correto associá-lo a uma das ideias da filosofia iluminista. Trata-se

- a) do Contrato Social, que define o povo como o elemento soberano da nação.
- b) do Constitucionalismo, que garante pela lei o direito divino do rei absolutista.
- c) da Liberdade Comercial, que define as normas de comércio pelo *laissez-faire*.
- d) da Igualdade Jurídica, que garante que todos tenham os privilégios da nobreza.
- e) da Divisão de Poderes, que articula Legislativo, Executivo, Judiciário e Moderador.

2. Uerj 2015

Carta de Convocação dos Estados Gerais
Por ordem do Rei.

Temos necessidade de nossos fiéis súditos para nos ajudarem a superar todas as dificuldades em que nos achamos e para estabelecer uma ordem constante e invariável em todas as partes do governo que interessam à felicidade dos nossos súditos e à prosperidade de nosso reino. Esses grandes motivos nos determinaram convocar a assembleia dos Estados de todas as províncias sob nossa obediência, para que seja achado, o mais rapidamente possível, um remédio eficaz para os males do Estado e para que os abusos de toda espécie sejam reformados e prevenidos. Versalhes, 24 de janeiro de 1789.

Adaptado de MATTOSO, K. de Q. *Textos e documentos para o estudo de história contemporânea*. São Paulo: Edusp, 1976

A convocação dos Estados Gerais deu início à Revolução Francesa, ocasionando um conjunto de mudanças que abalaram não só a França, mas também o mundo ocidental em finais do século XVIII.

Cite um motivo para a convocação dos Estados Gerais na França, em 1789, e apresente duas consequências da Revolução Francesa para as sociedades europeias e americanas.

3. Famerp-SP 2022

Em 1791, a escritora francesa Olympe de Gouges publicou a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. Esse documento

- a) defendia a participação da mulher na vida política e civil em condição de igualdade com os homens.
- b) baseou-se na noção de papel social das mulheres proposta na Declaração de Independência dos Estados Unidos.
- c) sustentava a importância das atividades femininas no ambiente doméstico e na liderança da estrutura familiar.
- d) consolidou a igualdade de gêneros como um dos princípios defendidos pelos revolucionários franceses.
- e) embasou a ascensão das mulheres ao primeiro escalão governamental na França revolucionária.

4. UEG-GO 2019

Observe a imagem a seguir.



O famoso quadro *A morte de Marat*, de Jacques-Louis David, produzido no contexto da Revolução Francesa, é um documento da

- a) atuação violenta do Tribunal Revolucionário durante o Terror Jacobino contra os “inimigos do povo”.
- b) execução do rei francês, acusado de traição nacional, decretada pela Assembleia Revolucionária.
- c) estratégia de ascensão política de Napoleão Bonaparte, marcada pelo assassinato de seus rivais.
- d) violência repressora do Absolutismo francês contra as vozes críticas e contestatórias ao Regime.
- e) disputa entre os girondinos e os jacobinos, que culminou na execução do famoso líder popular.

5. UFRGS 2020

Considerando o contexto histórico e os desdobramentos da Revolução Francesa, assinale a alternativa que caracteriza a “Era Napoleônica”.

- a) Consolidação da revolução burguesa na França, por meio da contenção dos inimigos internos (monarquistas e jacobinos), e sua expansão para a Europa.
- b) Retorno da monarquia absolutista ao poder, por intermédio da extinção da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.
- c) Ascensão política das camadas populares, conhecidas como *sans-cullotes*, o que provocou a radicalização do processo.
- d) Fim do Antigo Regime e implementação da Monarquia Constitucionalista, inspirada nos ideais jacobinos.
- e) Início da Assembleia dos Estados Gerais, repressão aos monarquistas e derrota da Primeira Coligação Europeia Antifrancesa.

6. Uerj 2018

O DOIS DE MAIO DE 1808



O TRÊS DE MAIO DE 1808



Francisco Goya, óleo sobre tela, 1814. Fonte: commons.wikimedia.org.

Em 1814, Goya foi encarregado de criar dois quadros para celebrar o heroísmo dos rebeldes espanhóis. O dois de maio de 1808 mostra uma multidão na área de Puerta del Sol, em Madri, em luta contra os mamelucos, a cavalaria turca da Guarda Imperial de Napoleão, que fazia um ataque. A notícia de que os membros mais jovens da família real espanhola estavam sendo levados para a França fez com que as pessoas saíssem às ruas, e a pintura mostra as cenas de caos que irromperam. No dia seguinte, o exército de ocupação reuniu os rebeldes e os executou, tema de O três de maio de 1808. Após esse episódio, levantes e guerrilhas se sucederam por todo o país.

Adaptado de *Grandes pinturas*. São Paulo: Publifolha, 2012.

As telas de Francisco Goya não só denunciam os horrores da guerra, em especial as napoleônicas, no começo do século XIX, como também representam a ideologia política que uniu o Reino da Espanha na luta contra os invasores. Denomine a ideologia política que motivou a reação do Reino da Espanha contra as forças estrangeiras. Apresente, ainda, um efeito das guerras napoleônicas para o continente americano.

Guia de estudos

História • Livro 2 • Frente 2 • Capítulo 8

- I. Leia as páginas de **182** a **189**.
- II. Faça os exercícios de **5** a **7** da seção “Revisando”.
- III. Faça os exercícios propostos de **19** a **25** e **30**.
- IV. Faça os exercícios complementares de **18** a **24**, **27** e **28**.

Os Estados Unidos: entre a Independência e a Primeira Guerra Mundial

1. Formação das fronteiras

- Compra da Louisiana (França) em 1803.
- Segunda Guerra de Independência (1812-1814) contra os ingleses.
- Compra da Flórida em 1819.
- Oregon cedida pelos ingleses.
- Compra do Alasca, em 1867. Rússia debilitada após a derrota na Guerra da Crimeia (1853-1856).
- **Lei de Remoção dos Indígenas** (presidente Andrew Jackson): obrigava os indígenas a saírem de seus territórios e deixarem terras para os estadunidenses cultivarem.
- Em 1829, o México aboliu a escravidão, o que causou um grande descontentamento por parte dos colonos, em especial na região do Texas.
- Independência do Texas em 1836, que logo se anexou aos Estados Unidos.
- Vitória estadunidense na Guerra México-Americana. O México perdeu o que hoje são os estados: Novo México, Califórnia, Utah, Colorado, Nevada e Arizona.

2. Guerra de Secessão (1861-1865)

- Desde o período colonial, há um abismo político, econômico, cultural e ideológico entre norte e sul dos Estados Unidos.
 - Norte: clima temperado; policultura de produção familiar; trabalho livre; produção industrial (nordeste), têxtil, e mecânica; imigrantes: irlandeses, alemães, ingleses.
 - Sul: agricultura de grande propriedade escravista, voltada à monocultura (arroz, anil, tabaco e, depois, algodão) e o mercado externo (*plantation*).
- Em 1860, Abraham Lincoln foi eleito presidente dos Estados Unidos com apoio do Norte.
- Lincoln era favorável ao protecionismo e à união indissolúvel entre os estados. Embora condenasse a escravidão, logo após a eleição, fez um discurso conciliador, defendendo a superioridade da raça branca e dizendo que nada seria feito aos proprietários de escravizados do sul.
- Para os sulistas, Lincoln era visto como um abolicionista radical. Por isso, os estados do sul interpretaram a eleição de Lincoln como um fato inaceitável. Diante da eleição de um homem hostil à escravidão, a Carolina do Sul tomou a iniciativa de separar-se dos Estados Unidos em 1860.
- Vitória do norte na guerra.
- Décima Terceira Emenda da Constituição: fim da escravidão.
- Surgimento de organizações terroristas que defendiam a “supremacia branca”, como a Ku Klux Klan.

3. O imperialismo dos Estados Unidos no século XIX

- Os Estados Unidos utilizam a retórica de serem os países “portadores da civilização, da democracia, da república, da razão”, para intervirem política, econômica e militarmente.
- Doutrina Monroe, em 1823.
- Destino Manifesto, em 1845.
- Política do *Big Stick*: ficou implícita a ameaça de uma possível guerra, caso os interesses norte-americanos não fossem favorecidos.
- De 1900 a 1933: 40 intervenções militares na América Latina.

Exercícios de sala

1. **UFJF-MG 2017** A Guerra de Secessão nos EUA terminou com a vitória dos estados do Norte, em 1865. Observe a imagem a seguir e acompanhe a proposta de tradução de seus principais dizeres. Ela foi publicada no *Harper Magazine* de Nova York, em 1874.



Disponível em: <http://www.loc.gov/pictures/item/2001696840/>. Acesso em 12/Out/2016

Tradução proposta dos principais dizeres da imagem:

THE UNION AS IT WAS – A UNIÃO COMO ELA ERA
THIS IS A WHITE MAN'S GOVERNMENT – ESSE É O GOVERNO DE HOMENS BRANCOS
WORSE THAN SLAVERY – PIOR QUE A ESCRAVIDÃO
SCHOOL – ESCOLA
HOUSE – MORADIA

A partir dessa imagem e de seus conhecimentos, faça o que se pede.

- a) Identifique a principal contestação realizada por organizações como a Ku Klux Klan nesse contexto histórico.

- b) Analise UM impacto das atitudes que este tipo de organização causou na sociedade estadunidense nas décadas finais do século XIX.

2. **UPE 2017** Durante o século XIX, nos Estados Unidos expansionistas, uma corrente advogava, em nome do “Destino Manifesto”, a absorção de Cuba. Consideravam que os norte-americanos tinham o “direito” de ter a ilha sob seu domínio.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *A formação das nações latino-americanas*. São Paulo: Atual, 1987, p. 53. (Adaptado).

O Tratado de Paris pôs fim ao conflito entre Estados Unidos e Espanha e explica parte do contexto descrito pelo texto, tendo como principal(ais) consequência(s) política(s) a

- a) suspensão do Tratado de Arrendamento de Bases Navais e Militares em Cuba e Filipinas.
- b) incorporação de Cuba como um protetorado formal dos EUA por meio da exploração das usinas.
- c) destituição da Ementa Platt que aprovava a intervenção direta dos Estados Unidos em Cuba.
- d) concessão de Porto Rico e das Filipinas aos EUA e a instituição de um domínio indireto em Cuba.
- e) anexação de México e Cuba, respectivamente, ao território norte-americano e a independência das Filipinas.

3. Unesp 2017 A expansão territorial dos Estados Unidos, no século XIX, foi o resultado da compra da Luisiana francesa pelo governo central, da anexação de territórios mexicanos, da distribuição de pequenos lotes de terra para colonos pioneiros, da expansão das redes de estradas de ferro, assim como da anexação de terras indígenas.

Esse processo expansionista foi ideologicamente justificado pela doutrina do Destino Manifesto, segundo a qual

- a) o direito pertence aos povos mais democráticos e laboriosos.
- b) o mundo deve ser transformado para o engrandecimento da humanidade.
- c) o povo americano deve garantir a sobrevivência econômica das sociedades pagãs.
- d) as terras pertencem aos seus descobridores e primeiros ocupantes.
- e) a nação deve conquistar o continente que a Providência lhe reservou.

4. Famerp-SP 2019 Leia o texto para responder à questão.

Apenas em 1865, ano do término da Guerra Civil, algumas questões que estavam presentes no período colonial e na Independência (como a escravidão) seriam parcialmente resolvidas. Parcialmente porque, como é lógico notar, o fim da escravidão em 1865 não significou o fim do racismo ou da violência contra os negros.

Leandro Karnal. *Estados Unidos: a formação da nação*, 2015.

A Guerra Civil Americana (1861-1865)

- a) opôs os estados do litoral atlântico aos territórios recém-anexados do Oeste e encerrou-se com a vitória da costa pacífica.
- b) derivou das lutas contra os ingleses pela independência, que só foi alcançada após a união entre os exércitos do Sul e do Norte.
- c) foi provocada pelo declínio das exportações sulistas de borracha, que enfrentavam a concorrência das colônias holandesas no Caribe.
- d) teve início com a tentativa secessionista do Norte, que contava com o apoio da Inglaterra e da França.
- e) opôs o Norte industrialista ao Sul agrário e encerrou-se com a vitória nortista e a preservação da União.

5. UFJF-MG 2022 Leia o texto.

Quando considerado do ponto de vista das ideias e valores, o excepcionalismo norte-americano – a convicção de que os Estados Unidos da América (EUA) são uma nação excepcional, produto de uma trajetória histórica única, e com um papel no mundo (a que muitos se referem como “missão”) igualmente extraordinário – admite interpretações tanto seculares como religiosas, uma vez que a natureza “extraordinária” do país é vista, a depender do autor, como produto do liberalismo lockiano, do capitalismo liberal, da democracia republicana ou da “providência divina.

Adaptado de FONSECA, Carlos da. *Deus está do nosso lado: excepcionalismo e religião nos EUA*. Rio de Janeiro. Contexto Int. v. 29, n. 1, jun. 2007. p. 161.



<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-America-Latina-na-era-Trump/4/40143>

Responda:

a) Que religião alimenta a perspectiva de “providência divina” para justificar o excepcionalismo norte-americano?

b) Explique a relação entre o excepcionalismo norte-americano e a imagem acima apresentada.

6. **Unesp 2014** Entre as diferenças políticas que levaram o Norte e o Sul dos Estados Unidos à Guerra Civil, em 1861, podemos citar

- a) a disputa pelo mercado consumidor europeu de matérias-primas e pelo mercado consumidor latino-americano de manufaturados.
- b) a disputa em relação às terras do Oeste, que vinham sendo conquistadas e gradualmente incorporadas à União.
- c) o apoio nortista às lutas pela independência de Cuba e a rejeição sulista às emancipações políticas no Caribe.
- d) a anexação de terras do México por estados do Norte e a defesa sulista da autonomia e da soberania territorial mexicana.
- e) o esforço de expansão para o Sul e o conseqüente estabelecimento de hegemonia norte-americana sobre a América Latina.

Guia de estudos

História • Livro 2 • Frente 2 • Capítulo 8

- I. Leia as páginas de **189 a 195**.
- II. Faça os exercícios de **8 a 10** da seção “Revisando”.
- III. Faça os exercícios propostos de **31 a 33** e de **35 a 40**.
- IV. Faça os exercícios complementares de **32 a 39**.

Frente 1**Aulas 19 e 20**

1. C
2. C
3. E
4. Como diferenças, podemos apontar o caráter de ambos os movimentos: enquanto a Inconfidência Mineira foi mais elitista, a Conjuração Baiana contou com a participação das camadas populares. Na Conjuração Baiana, alguns participantes defendiam a abolição da escravidão e de todas as formas de preconceito, enquanto essas pautas não estiveram presentes de maneira clara na Inconfidência Mineira. Em relação aos movimentos políticos ou filosóficos que influenciaram essas insurreições, podemos mencionar o Iluminismo e a Revolução Francesa.
5. B
6. C

Aulas 21 e 22

1. E
2. E
3. A
4. B
5. C
6. C

Aulas 23 e 24

1. D
2. B
3. D
4. C
5. D
6. A

Aulas 25 e 26

1. B
2. C
3. E
4. E
5. A escolha do indígena como representante e fundador do Brasil se deu no período do Romantismo brasileiro, expresso no projeto indianista, que defendia que, por suas características idealizadas (corajoso, puro e honrado), era a encarnação da nova nação brasileira.
6. a) No Primeiro Reinado, por determinação da Constituição de 1824, poderiam

votar os homens ricos. Estavam excluídos do direito de voto os pobres, os escravizados e as mulheres.

- b) Atualmente, no que diz respeito ao voto, por exemplo, podem votar os cidadãos acima de 16 anos de idade, incluindo os analfabetos, as mulheres e outros setores sociais excluídos desse direito político na Constituição de 1824.

Aulas 27 e 28

1. D
2. A
3. C
4. Soma: $01 + 02 + 08 = 11$
5. Soma: $01 + 02 + 08 + 16 = 27$
6. C

Aulas 29 e 30

1. A
2. A
3. E
4. D
5. B
6. C

Aulas 31 e 32

1. C
2. C
3. D
4. C
5. C
6. C

Aulas 33 e 34

1. A
2. B
3. D
4. C
5. D
6. A

Aulas 35 e 36

1. B
2. C
3. A
4. A
5. E
6. E

Frente 2**Aulas 19 e 20**

1. A
2. C
3. B
4. B
5. D
6. Soma: $01 + 02 + 04 + 08 = 15$

Aulas 21 e 22

1. C
2. A
3. D
4. B
5. A
6. A

Aula 23

1. A
2. Nesse período, os conflitos religiosos na França envolviam huguenotes (calvinistas) e cristãos. A rainha francesa à época, Catarina de Médici, que era católica, não queria a presença de protestantes no país, pois eles eram vistos como uma ameaça. Desse modo, a conjuntura política da época era a de conflitos religiosos em toda a Europa; a Alemanha protagonizou a maioria deles, já que foi lá que se iniciou o rompimento com a Igreja católica. Assim, os demais países europeus viam-se obrigados a declarar apoio a um dos lados. No caso francês, os conflitos foram contidos posteriormente, com o Edito de Nantes, que garantia a tolerância religiosa aos protestantes, e o catolicismo permanecia a religião oficial da França.
3. B

Aula 24

1. E
2. B
3. a) A Revolução Puritana colocou forças opostas em combate: de um lado, os que apoiavam uma Igreja nacional submetida ao Parlamento e, do outro, católicos e anglicanos ao lado do rei. A questão religiosa foi decisiva nesse conflito. Ao final dos confrontos, o exército foi reformulado, Oliver Cromwell emergiu, o rei foi preso e entregue ao Parlamento. Esse momento foi de fortalecimento

da Inglaterra como potência naval e mercantil, principalmente a partir de Cromwell. Esse crescimento dos ingleses fez que outras potências os vissem como uma ameaça, não só econômica, mas também política, afinal, o rei fora decapitado, e os monarcas absolutistas não viram esse acontecimento com bons olhos.

- b) Os embaixadores europeus tinham como principais funções solucionar questões relacionadas a casamentos, alianças dinásticas, tratados de paz e questões fronteiriças.

Aulas 25 e 26

1. Soma: $01 + 04 + 32 = 37$
2. D
3. B
4. B
5. E
6. B

Aulas 27 e 28

1. E
2. As duas principais ideias que também estão presentes no iluminismo dizem respeito à noção de que a razão deve ser utilizada, mais que qualquer religião e de que os homens são iguais na presença de Deus, independentemente de nascimento e posição social. Na obra de Zera Yacob, a questão da cor da pele e da escravização está mais presente, por exemplo, na citação: “não podemos sair e comprar um homem como se fosse um animal”.
3. E
4. C
5. A
6. E

Aulas 29 e 30

1. Os aspectos que podem ser citados são a defesa do direito à liberdade dos povos, além da utilização da declaração como uma luta política. Dos movimentos políticos, é possível citar a Inconfidência Mineira e a Revolução Francesa.
2. C
3. C

4. E
5. C
6. a) As leis naturais, a diversidade de opinião e a igualdade entre os indivíduos. Entre os direitos naturais, podem ser citados o direito à vida e à luta contra a tirania, representada, aqui, pelo “Rei da Grã-Bretanha”.
- b) A Declaração pode ser relacionada às ideias iluministas, pois propõe uma defesa radical da liberdade e da igualdade entre os indivíduos.

Aula 31

1. D
2. C
3. Um dos principais aspectos do processo de emancipação política do Haiti está relacionado ao fato de a liderança da independência ter sido realizada por ex-escravizados, aqueles que já faziam rebeliões há anos. Além disso, ocorreu o fim da escravidão e aconteceram outras rebeliões nas Antilhas. As repercussões provocaram o medo da violência de revoltas semelhantes, como no caso do Brasil com o “haitianismo”, e a oposição dos ingleses à continuidade do tráfico de escravizados.

Aula 32

1. B
2. A
3. B

Aulas 33 e 34

1. A
2. A convocação dos Estados Gerais na França, em 1789, era a expressão da extrema necessidade de uma reformulação das políticas adotadas pela monarquia. Os próprios nobres não estavam conformados com o contexto e pressionaram por essa reunião dos Estados, o que não saiu como esperado. Uma consequência da Revolução Francesa foi a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que influenciou o mundo e criou uma nova perspectiva de se confrontar o governo e garantir direitos básicos. Além disso, outra consequência foi a movimentação feita pelos próprios franceses, evidenciando

que as pessoas possuem habilidades e protagonismo para mudar aquilo que não as agrada, como pôr fim ao Antigo Regime na França.

3. A
4. E
5. A
6. O nacionalismo foi a ideologia política que motivou a reação da Espanha contra as invasões estrangeiras. Um dos efeitos dessas guerras foi a fuga da família real portuguesa para o Brasil, o que modificou a relação entre metrópole e colônia. Nesse contexto, José Bonaparte, irmão de Napoleão, assumiu o trono espanhol, depondo a dinastia Bourbon.

Aulas 35 e 36

1. a) A Ku Klux Klan não aceitava o fim da escravidão nem a igualdade entre negros e brancos. Eles consideravam os brancos uma “raça superior” e não aceitavam que negros gozassem os mesmos direitos civis, políticos e constitucionais. Eles promoveram matanças, perseguições e assassinatos, algumas vezes acobertados pelo próprio governo.
- b) Organizações como essas, bem como suas ações, geraram uma segregação racial maior nos Estados Unidos, com a existência de bairros, escolas, banheiros e assentos de ônibus separados para brancos e negros. Além disso, eram proibidos casamentos inter-raciais, com pena de prisão.
2. D
3. E
4. E
5. a) O cristianismo, mais especificamente, o calvinismo protestante.
- b) A imagem demonstra o domínio estadunidense sobre outros países. Historicamente, tal comportamento (ou projeto) foi comumente justificado pelo “excepcionalismo” dos Estados Unidos. Nessa lógica, a Doutrina Monroe e o Destino Manifesto seriam o fundamento dessa dominação, embora o lema “A América para os americanos” preconizasse a não aceitação da ingerência dos países europeus sobre os negócios estadunidenses.
6. B